

**“AOS TRABALHADORES NEM O BAGAÇO”
OU A REVOLTA DOS TRABALHADORES
DOS CANAVIAIS E DOS LARANJAIS**

Ariovaldo Umbelino de Oliveira *

Este trabalho tem o intuito único de servir de prova documental nas publicações dos Geógrafos, dos acontecimentos desfechados no Estado de São Paulo, a partir de Guariba, caracterizado como o principal levante urbano de trabalhadores no campo paulista. Não pretendemos com isso cobrir a totalidade dos acontecimentos mas sim uma parte significativa deles.

1976

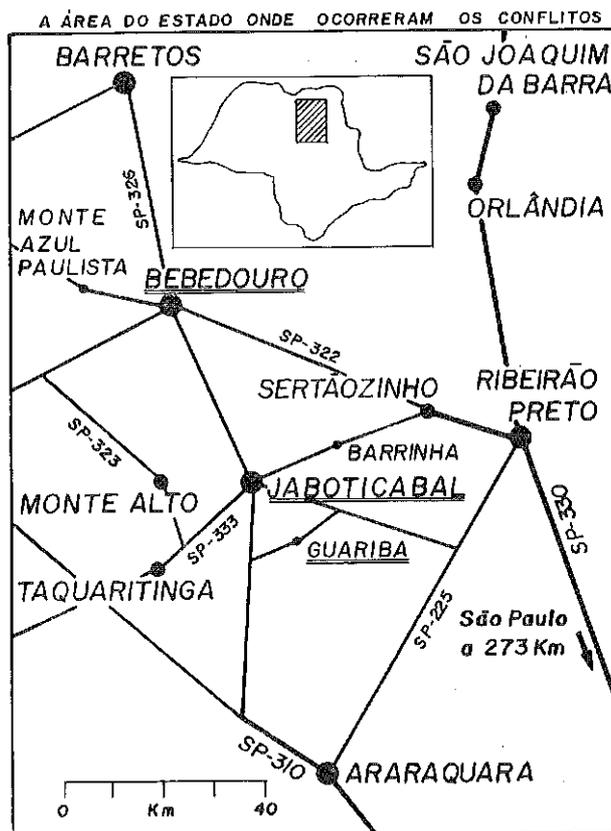
“O Rancho da Goiabada”

Os bóias-frias
quando tomam umas birita
espantando a tristeza,
sonham com bife-a-cavalo
batata frita e a sobremesa
é goiabada-cascão com muito queijo
depois café, cigarro e um beijo
de uma mulata chamada Leonor
ou Dagmar
amar
o rádio-de-pilha
o fogão-jacaré, a marmita,
o domingo, o bar,
onde todos iguais se reúnem
contando mentiras
pra poder suportar...

* Professor Doutor do Departamento de Geografia — FFLCH — USP

ai, são pais-de-santo,
 paus-de-arara, são passistas,
 são flagelados,
 são pingentes, balconistas,
 palgaços, marcianos.
 canibais, lírios, pirados,
 dançando-dormindo
 de olhos abertos à sombra
 da alegoria
 dos faraós embalsamados.

(João Bosco e Aldir Blanc)



1983

As usinas de açúcar e álcool da região de Ribeirão Preto mudam o sistema de corte de cana de 5 para 7 ruas...

1984

14, 15 e 16 de maio

Com Guariba e Bebedouro os bóias-frias dos canaviais e dos laranjais de São Paulo se revoltam e ocupam o espaço na imprensa que nunca conseguiram ocupar para denunciar a exploração a que estão expostos...

17 de maio de 1984

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

"Aos 17 dias do mês de maio de 1984, na sede do Sindicato Rural de Jaboticabal, estando presentes 1) Almir Pazzianotto Pinto, Secretário de Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, como mediador, 2) Benedito Vieira de Magalhães, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal, Taiúva, Taiapu, Monte Alto e Guariba; 3) José Albertini, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrinha; 4) Antonio Crispim da Cruz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos; 5) Emílio Bertuzzo, tesoureiro geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo; 6) José Antonio Pancótti, advogado da mesma Federação; 7) Carlos Leopoldo Teixeira Paulini, também advogado da mesma Federação; 8) comissão de seis trabalhadores rurais de Guariba; 9) Luiz Hamilton de Moura Montans, presidente do Sindicato Rural de Jaboticabal; 10) José de Laurentis Jr., presidente do Sindicato Rural de Guariba; 11) Roberto Rodrigues, fornecedor de cana; 12) José Roberto Bottino, advogado do Sindicato Rural de Jaboticabal; Dr. Márcio Maturano, advogado do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de São Paulo; 14) Antonio Sérgio Ferreira, fornecedor de Cana; 15) Rogério Orsi, fornecedor de cana e presidente da comissão de cana e açúcar da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, além de testemunhas que subscrevem o presente documento, depois de prolongados debates foi celebrado o seguinte acordo:

1) para por um termo final ao conflito de interesses que lavra na região onde têm base terrei, digo territorial os sindicatos signatários, as partes estabelecem o que se segue:

a) fica ratificado o acordo do dia 15 de maio último, segundo o qual foi restabelecido o sistema de corte de cana conhecido como "cinco ruas", o qual volta a ser adotado para a safra de 1984;

b) a produção de cada cortador será medida por metro linear, com o emprego do compasso fixo de dois (2) metros;

c) concluído o corte do *talhão de cana*, o cortador recebe, em impresso próprio, fornecido pelo empregador, contendo o nome do empregador, nome ou número do empregado, número do talhão, data do término do talhão, o número de metros de cana cortada;

d) a cada empregado, por ocasião do pagamento mensal, será fornecido um "envelope" ou documento similar, contendo o nome do empregador, data desse pagamento, valor do salário, descontos eventuais e acompanhado de planilha discriminativa da produção em metros e toneladas.

e) para a safra do corrente ano serão observados os seguintes preços por tonelada de cana cortada e amontoada, conforme os costumes da região: I) cana de 18 (dezoito) meses, salário para corte, Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros). descanso semanal remunerado, Cr\$ 240,00 (duzentos e quarenta cruzeiros); décimo terceiro salário, indenização e férias, à razão de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros) cada uma dessas parcelas, perfazendo um total de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros) a tonelada; II) demais canas, salário para corte, Cr\$ 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta cruzeiros); descanso semanal remunerado, Cr\$ 230,00 (duzentos e trinta cruzeiros); décimo terceiro salário, indenização e férias, à razão de Cr\$ 115,00 (cento e quinze cruzeiros) cada uma dessas parcelas, perfazendo o total de Cr\$ 2.005,00 (dois mil e cinco cruzeiros) a tonelada;

f) as parcelas referentes a férias, décimo terceiro salário e indenização, na forma do costume, serão pagas no término do corte, na forma da lei;

g) as ferramentas de trabalho, como facão ou podão, lima, etc., serão fornecidas gratuitamente pelo empregador;

h) o equipamento de proteção individual, como macacão de pano, luvas, tornozeleiras de couro, etc., serão fornecidos gratuitamente pelo empregador;

i) a condução destinada ao transporte de trabalhadores será equipada com toldos, bancos fixos, guardas altas e grades de proteção, sendo expressamente proibido o transporte de ferramentas juntamente com os trabalhadores;

j) os transportes serão gratuitos;

k) todos os trabalhadores serão registrados, pagando-se os direitos trabalhistas nas rescisões sem justa causa;

l) em caso de acidente do trabalho o patrão se obriga ao pagamento da complementação da diferença salarial existente entre o salário médio do trabalhador e o pago pelo sistema previdenciário;

m) em caso de doença, comprovada através de atestado médico emitido por entidade oficial ou conveniada, o empregador se obriga a pagar normalmente o salário do empregado, durante o período de 30 (trinta) dias; quando o afastamento for concedido pelo período de 15 (quinze) ou mais dias, o atestado emitido pelo médico do Sindicato dos Trabalhadores será submetido ao visto do médico do Sindicato Rural;

n) os presidentes dos sindicatos de trabalhadores diligenciarão junto aos seus departamentos médicos para que os atestados médicos ou odontológicos correspondam sempre e invariavelmente às reais necessidades dos trabalhadores que porventura os solicitem;

o) nos dias em que não houver trabalho por motivo de chuva, falta de cana queimada, ou outros fatores alheios à vontade do trabalhador, desde que comprovada a sua presença no "ponto" costumeiro para embarque, o empregador pagará salários integrais, calculado na média diária, digo diária da semana trabalhada.

p) o empregador fica obrigado a manter nos locais de trabalho caixas de medicamentos para primeiros socorros, para atendimento ao trabalhador;

q) fica proibida qualquer dedução na produção do trabalhador, para efeito de pagamento de descanso semanal, feriados, 13º salário, férias e indenização;

r) para perfeito esclarecimento, relativo à letra b, fica acertado que a produção será medida por metro linear, na forma ali estabelecida, calculando-se o seu pagamento em toneladas, na forma da letra e;

2) o presente acordo será levado ao conhecimento da assembléia geral e, uma vez solenemente aprovado, determina o retorno imediato ao trabalho;

3) outras reivindicações dos trabalhadores, porventura não atendidas integralmente ou mesmo parcialmente, serão renovadas por ocasião das negociações coletivas da categorias;

4) o teor do presente acordo será comunicado ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e ao Exmo Sr. Delegado Regional do Trabalho para os devidos e legais efeitos.

5) as partes se comprometem a respeitar o presente acordo, como legítimo instrumento de pacificação das relações de trabalho, e do seu indispensável aprimoramento.

6) o presente acordo será submetido a registro e arquivo perante a Sub-Delegacia do Ministério do Trabalho em Ribeirão Preto.

Jaboticabal, 17 de maio de 1984

Estes são os termos de um dos primeiros, senão o primeiro, acordo coletivo de trabalho firmado entre *uma comissão de trabalhadores rurais de Guariba*, os sindicatos dos trabalhadores rurais, a Fetaesp e os sindicatos patronais da lavoura canavieira e da indústria do açúcar do Estado de São Paulo. Este acordo foi produto da luta travada pelos bóias-frias de Guariba e posteriormente de toda área canavieira da região de Ribeirão Preto em meados do mês de maio último.

Os jornais da grande imprensa de São Paulo foram panfletários.

O jornal "Folha de São Paulo" abriu manchete sobre a greve e manifestações dos bóias-frias de Guariba, estampando: "Revolta de bóias-frias provoca destruição e morte". Já o Jornal da Tarde publicou "Violência e Saque na pequena Guariba. Revolta, tumulto e Saques".

As notícias eram veiculadas a cada instante: "Dois mil bóias-frias viraram caminhões, destruíram prédios, saquearam supermercado e só foram contidos a bala pela polícia militar em Guariba"... (Folha de São Paulo, 16/5/84, p. 18). "Os bóias-frias da cidade de Guariba revoltaram-se ontem, e durante toda a manhã provocaram um violento protesto, saqueando um supermercado e destruindo o escritório da Sabesp. Só foram contidos com a chegada de tropas de choque de cidades vizinhas. Os bóias-frias queriam melhorar suas condições de trabalho (o que conseguiram) e exigiam da Sabesp tarifas mais baixas" (Jornal da Tarde, 16/5/84, pág. 26).

Foi assim que um certo dia 15 de maio de 1984, dois dias após o dia 13 de maio (o dia da libertação dos escravos), que explodiu a revolta dos bóias-frias paulistas. O jornal "Folha de São Paulo", assim contou os fatos:

"A pequena cidade de Guariba, com 25 mil habitantes e distante 365 kms a noroeste da Capital, na região de Ribeirão Preto, virou ontem de manhã uma verdadeira praça de guerra, quando uma multidão de bóia-frias invadiu, incendiou e demoliu dois prédios da Sabesp, ateou fogo a três veículos, depredou e saqueou um supermercado e danificou uma casa. Houve violentos choques com a Polícia Militar. No final, uma pessoa morreu baleada e 29 ficaram feridas, das quais 14 a bala.

Dois motivos contribuíram para a revolta dos trabalhadores rurais. O principal foi a decisão dos usineiros de mudar o sistema de corte de cana de açúcar, o que reduziu o rendimento dos cortadores. A outra causa são os constantes aumentos das taxas de água.

No final da noite de ontem, os usineiros aceitaram atender as reivindicações dos bóias-frias, ou seja, o retorno imediato do sistema de corte por cinco ruas e não sete. A decisão foi tomada em reunião dirigida pelo secretário do Trabalho, Almir Pazianotto Pinto, na sede do Sindicato Rural de Jaboticabal.

"Dia negro"

"Na noite da última segunda-feira, véspera do incidente — no bar do 'baixinho', de propriedade do vice prefeito João Evangelista, muita gente comentava que o 'dia negro' seria esta terça-feira", afirmou ontem um trabalhador da usina São Martinho.

Sem querer se identificar, temendo represália e dizendo-se "funcionário de segurança da usina", ele assegurou que "neste bar, o próprio vice prefeito instigava os trabalhadores rurais a pararem o trabalho no dia seguinte".

Na manhã de ontem, os caminhões foram recolher em vários pontos da cidade cerca de 10 mil trabalhadores rurais para conduzi-los às usinas. Mas, ao chegarem nos trevos de saída da cidade, os motoristas eram obrigados a parar por causa dos piquetes. E a maioria dos bóias-frias retornou ao centro para realizar uma manifestação.

Por volta das 7h30, o prédio que abriga o escritório da Sabesp, localizado junto à praça Cônego Celso Bastos Cortês, era invadido por um grupo estimado de cem pessoas, que jogou máquinas e papéis pelas janelas.

Em seguida, revoltados e reclamando contra as altas taxas que vem sendo cobradas pelos serviços de água e esgoto, os invasores atearam fogo ao prédio. Com as chamas ainda ardendo, os manifestantes começaram a derrubar as paredes e o telhado.

Dali, a multidão — agora já estimada em mais de mil pessoas — seguiu até o depósito da Sabesp, que fica localizado há alguns quarteirões do centro. Além de destruírem todas as suas dependências, incendiaram um caminhão Mercedes-Benz e uma camioneta Chevrolet, da empresa.

Chega a polícia

Quando tudo parecia estar sob controle, chegaram os policiais militares, sob o comando do major Fábio, da guarnição em Araraquara. Agrupados junto a igreja Matriz, os policiais começaram a jogar bombas de gás lacrimogêneo contra as pessoas que retornavam do depósito da Sabesp. Poucos minutos depois, eram ouvidos os primeiros disparos e apareceram os primeiros feridos. "Se a polícia não tivesse chegado — denunciou o presidente do sindicato rural da cidade, Benedito Vieira de Magalhães — nada disto teria acontecido, pois o povo já estava calmo".

Os policiais atiravam para qualquer lado e um disparo quase atingiu ao jornalista Wilson Toni, da Rádio Ribeirão Preto. "O que aconteceu foi uma tragédia provocada pela precipitação dos policiais", afirmou.

O metalúrgico aposentado Amaral Meloni, que não participou das manifestações, foi morto com um tiro na cabeça, quando estava sentado junto as escadarias do estádio municipal.

Saques

Quando uma ambulância do Sindicato dos Cortadores de Cana de Guariba recolheu o corpo de Amaral Meloni, o tumulto aumentou de proporções e os trabalhadores rurais investiram contra as tropas de choque. Em seguida, o supermercado Amorim era depredado e saqueado.

A casa do proprietário do supermercado — Claudio Amorim, presidente do diretório local do PMDB — também foi depredada e uma Kombi do supermercado, incendiada.

No hospital regional de Guariba, foram atendidos 20 baleados e outros 9 foram encaminhados para hospitais de Ribeirão Preto. Segundo o diretor clínico do hospital, Pedro Augusto Beltrão, "o que fizemos foi milagre, pois ficamos sem luz e sem água. Não tivemos condições de fazer sequer um raio X, embora ninguém tenha ficado sem atendimento".

Dois policiais militares também foram atendidos no hospital sendo que um deles, tenente Quércia, teve fratura na clavícula, provocada por uma bala.

A cidade de Guariba ficou totalmente sem os serviços de água e luz durante o dia.

Cidade sitiada

Guariba, depois de um dia dramático está sitiada pela Polícia e pode voltar a explodir novamente hoje. Apesar da aparente tranquilidade das ruas centrais, nos bairros o clima é de muita tensão. Entre 150 e 200 policiais (vindos de Ribeirão Preto, Araraquara, Bebedouro, Jaboticabal e outras cidades vizinhas) vigiam a cidade. No bairro do Alto, onde moram mais de dois mil bóias-frias, a Polícia patrulha ruas e casas fortemente armada.

A igreja São Mateus, localizada na praça central da cidade, celebrou ontem à noite a rotineira missa das 7 horas, mas nem a celebração litúrgica conseguiu disfarçar o clima tenso que Guariba vive. Por volta das 20 horas, um carro do Sindicato dos Trabalhadores passou pelas ruas centrais informando que hoje cedo, às 7h30, haverá uma assembléia para decidir o que será feito. Corriam boatos à noite de que se os usineiros não atendessem as reivindicações os 11 supermercados e 200 lojas poderiam ser depredadas e saqueadas.

As ruas centrais, ontem à noite, que sempre apresentam grande movimento, estavam bastante desertas. Por volta das 20 horas, o prefeito Evandro Vitorino recebeu a informação de que

um dos canaviais da Usina São Carlos teria sido incendiado "Deus nos ajude", comentou".

(Folha de São Paulo — 16-05-84, pág. 18)

Mas, se foi assim que a grande imprensa contou os fatos, também os trabalhadores rurais tiveram a sua imprensa para a fazer chegar a verdade até nós. E é através do Jornal Realidade Rural — março/junho de 1984 da Fetaesp que os trabalhadores puderam contar:

Porque a greve aconteceu

"Mais dia ou menos dia tinha que acontecer no Estado o que aconteceu em Guariba.

Era previsível, pois a vida do trabalhador volante é difícil demais, o ganho muito baixo, o serviço muitas vezes é escasso em outras regiões, não há fiscalização do Ministério do Trabalho.

Há um esforço sobre-humano para trabalhar, sem comer. As condições de trabalho são péssimas. E por cima, no ano passado as usinas impuseram um novo castigo: o eito de 7 ruas no corte de cana. Só faltavam estopim.

Agravando toda a situação, nas campanhas salariais rurais a FAESP (Federação Paulista dos Fazendeiros) e os empresários rurais em geral preferiram sempre "pagar para ver" em vez de aceitar entendimentos com nosso sindicalismo, visando a corrigir essa situação irregular pacificamente.

PORQUE ACONTECEU EM GUARIBA

Mas, ao contrário do que se tem dito na Imprensa, não foi por mero acaso que o movimento grevista rural começou em Guariba. (A imprensa da Capital é que "descobriu" que São Paulo não é só a capital). A revolta dos trabalhadores contra a SABESP, o saque ao supermercado, etc, são episódios menores, apesar de sua violência.

Ocorre que Guariba não tem indústria, o volante não é apenas "anexo" confinado, como acontece em cidades maiores.

Ao contrário, Guariba convive com os dramas e assuntos de interesse dos volantes. É uma cidade acostumada com as pequenas paralisações dos volantes. E, em 1963, viu uma grande greve regional dos canavieiros contra o "testa de ferro", que é o "pai" do "gato" de hoje, que ficava com mais de 50% dos ganhos do volante. Como conta o companheiro Benedito Vieira de Magalhães, do nosso Sindicato em Jaboticabal, e que também participou da greve, ela demorou 15 dias. A Fetaesp, que estava nascendo na época, chegou a fazer um "fundinho de greve", houve repressão e revolta.

Já no ano passado, em setembro, houve várias paralisações na região contra as 7 ruas. Uma delas acabou em agressão sobre uma equipe de jornalistas da TV Ribeirão Preto e o comprador Magalhães. Isso ajudou ainda mais a agitar o problema entre os canavieiros. Magalhães sempre tratou das 7 ruas no seu programa de rádio, e nas reuniões de sua Diretoria com os trabalhadores.

E, em dezembro, houve o encontro de volantes em Agudos, com a presença de representantes da cidade. Que, por sinal, se destacaram, mostrando experiência de paralisações.

A IMPRUDÊNCIA DO EX-GATO ACENDEU O ESTOPIM

E assim se chegou ao dia 14 de maio, quando 17 turmas de trabalhadores rurais da Fazenda São Bento (fornecedora da Usina S. Martinho, do Ometto) decidiram parar o serviço e dar um basta às 7 ruas. No dia seguinte, a terça-feira fatídica, decidiu-se entre os volantes estender a greve, com piquetes impedindo a saída de caminhões para o serviço.

Daí por diante o movimento saiu dos eixos e acabou em violência durante algum tempo. Por que a violência? Há algumas respostas mas não respondem a tudo: 1) Havia o agravante das altas contas da SABESP, que irritavam profundamente os volantes; 2) As chamadas "lideranças políticas locais", não vivendo o problema dos volantes, não souberam entendê-los. Segundo a imprensa, o presidente do Diretório do PMDB da cidade, dono de supermercado e ex-gato, Cláudio Amorim, resolveu conter a multidão, auxiliado por um PM, fazendo essa "jóia" de pergunta aos trabalhadores: "Por que vocês não usam essa força para cortar cana?".

Os trabalhadores teriam se enfurecido com isso, e teriam decidido atacar seu supermercado. O ex-gato comete nova imprudência: protegido por uma dezena de policiais, Amorim disparou com seu revólver. Os trabalhadores recuaram, reagruparam-se — segundo a Imprensa — e foram para cima do supermercado. E aí, o conflito estourou. Muita gente feriu-se, muitos tiros. Um deles matou Amaral Vaz Meloni, 58 anos, metalúrgico aposentado há um mês, e que acompanhava o conflito na escadaria da prefeitura.

Depois disso a Sabesp foi atacada, veículos e dependências atingidas. A explosão cresceu, enquanto eram mobilizados ao todo cerca de 3.000 policiais para Guariba, para acalmar os ânimos.

A PAZ SÓ VEIO COM O ACORDO COM USINEIROS

Mas a calma só começou chegar à Guariba mesmo, quando a negociação entre os representantes dos trabalhadores e dos patrões sentaram-se à mesa e começaram a examinar as reivindicações dos trabalhadores rurais, especialmente o fim das 7 ruas, e a pauta elaborada pelo Grupo Regional 5. Uma excelente comissão de trabalhadores (6) participou das negociações em Jaboticabal e, segundo os que participaram da reunião, foi a presença dos trabalhadores que apressou o acordo. O próprio mediador das negociações, o Secretário do Trabalho, Almir Passianotto, experimentado em situações parecidas com as greves dos metalúrgicos do ABC, soube destacar a importância da Comissão, nas definições de tarefas, adaptações, etc”.

(Jornal Realidade Rural — março-junho 1984, pág. 4)

Enfim, o país recebia surpreso o desenrolar deste movimento dos bóias-frias do interior do Estado. Uma surpresa que não atingiu a todos, pois de há muito que se vem denunciando o estado de miséria crônica em que vivem, ou tentam viver, esses trabalhadores anônimos dos canaviais. As causas estão reveladas nas palavras dos próprios trabalhadores Benedito Vieira Magalhães, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal, afirmava categoricamente:

“O movimento foi espontâneo, mas tem o meu apoio, porque realmente a situação está muito difícil. O trabalhador que faz o corte da cana ganha pouco e desde o ano passado é obrigado a um esforço físico muito maior devido à mudança do sistema de trabalho, de cinco para sete ruas. Já havíamos feito várias reivindicações para a volta do sistema antigo, não fomos atendidos, e isso provoca revolta” ... “a revolta tem fundamento. Eu só não sei como isso não aconteceu antes, pois a situação dos bóias-frias é dramática desde o ano passado, quando as usinas de São Martinho (Pradópolis), Bonfim (Guariba), Santa Adélia e São Carlos (Jaboticabal) mudaram o sistema de corte de cana, estabelecendo sete ruas ao invés de cinco como era antes. Com as cinco ruas, o trabalhador pode cortar até dez toneladas de cana por dia. No sistema de sete, isso fica mais difícil porque ele é obrigado a carregar a cana cortada até os montes, tendo que perder forças e tempo para realizar a tarefa. Por outro lado, os usineiros levam vantagem, pois não têm que andar muito com os caminhões, economizando combustível com isso”. (Jornal da Tarde e Folha de São Paulo, 16-5-84)

Enfim, concluiu o presidente do Sindicato dos trabalhadores: “O movimento dos trabalhadores significou a ida dos volantes para a mesa de negociação... já não há mais jeito de os canaviais esconderem a vergonha e as condições subhumanas desses trabalhadores do Brasil” (Visão, Ano XXXIII, nº 22, 28/maio/84).

Como todos sabem a região de Ribeirão Preto é hoje responsável pela maior produção de álcool do país (37,4% da produção de São Paulo — 1,936 bilhão de litros — obtida a partir de 510.900 ha de cana) e a principal região produtora de laranja do país, cuja safra estimada é de 170 milhões de caixas. Estas são, pois, as duas possibilidades de emprego para o bóia-fria dessa região.

A grande imprensa de São Paulo, perguntava o tempo todo: “mas quem é esse bóia-fria?”

— Mas quem é, afinal, esse bóia-fria que andou em todas as manchetes de jornais, assustou populações, enfrentou a polícia armado apenas com seus instrumentos agrícolas ou só com laranjas, atiradas com veemência e usadas contra bombas de gás lacrimogêneo. O bóia-fria da região de Ribeirão Preto ainda é considerado um privilegiado, em termos de salário, em relação aos demais espalhados pelo Brasil. Mas essa vantagem aos

poucos se tem desfeito, devido à expansão da cana e da laranja — as principais fontes de trabalho durante sete meses por ano — e ao aumento do número de pessoas que deixam a zona rural em busca de melhores condições na cidade. Não as encontrando, permanecem na periferia dos municípios e, sem qualquer especialização, andam em busca de trabalho temporário, como volantes, achando-o no período de safra de cana e laranja.

Os bóias-frias que se revoltaram na semana passada são de segunda geração, jovens entre catorze e 25 anos, que vivem na zona urbana das cidades no interior do Estado, mas trabalham na zona rural. Não possuem mais o apego à terra demonstrado ainda por seus pais, porque nunca viveram num pedaço de terra que fosse da família. São jovens da estrada, que deixaram a escola pelo trabalho, não são aceitos no campo e acabaram marginalizados pela cidade.

(Visão-Ano XXXIII, nº 22, 28-5-84, pp. 110-111)

O exemplo de Joaquim Fernando de Oliveira é comum na região: "...

"56 anos, trabalha no campo desde os seis anos. Casado com Avelina, 45 anos, vive no município de Pitangueira, a 280 km da capital paulista, numa pequena casa onde o único quarto se confunde com a cozinha. Paga 35 mil cruzeiros de aluguel. Tem 21 filhos, treze dos quais trabalham no corte de cana. Avelina acorda às 3 da manhã para preparar o almoço: arroz com macarrão e um pedaço de lingüiça uma vez por semana. Dorme todas as noites por volta das 23 horas. Fora do período da safra, a família trabalha na roça, na capinagem, sempre ganhando por tarefa. "Deus dá força e a gente ajuda para poder viver", diz ele. "Se o dinheiro não dá, então não se come..."

A partir deste mês e até outubro, entretanto, a família adquire, como todos os anos, novos hábitos. Viaja uma hora e meia todas as manhãs, entre 5 e 6 horas, na carroceria de caminhão, ao lado de outras famílias, formando um grupo de cinquenta a sessenta bóias-frias. "A gente sai limpo de casa, mas, quando volta, carrega a sujeira que o diabo não pediu".

Eles são contratados pelo "gato" ou "turmeiro" para o período da safra e retornam a casa por volta das 18 horas, com a

expressão cansada e o corpo escurecido pelo carvão liberado pela queima da cana — processo que facilita a poda com o facão (bordão).

“Um “gato” recebe das usinas 330 cruzeiros por tonelada de cana cortada por dia pelos bóias-frias e tem a obrigação de entregar, ao final do dia, 350 toneladas, recebendo 115 mil cruzeiros por dia”.

(Visão, Ano XXXIII, nº 22, 28-5-84, pp. 111-112)

Vários estudos sobre a situação miserável do bóia-fria tem sido feito ultimamente e os que chamam mais atenção são aquelas ligadas ao processo crônico de desnutrição a que estes trabalhadores vêm sendo submetidos:

“Estudos realizados pelo Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, indicam que o bóia-fria da região perdeu um quarto de sua capacidade física, comparado com o trabalhador rural que mora em fazenda. Ele é mais fraco que o homem da cidade, devido à desnutrição, doença mais diagnosticada entre eles. Os estudos mostram ainda que, quando bem alimentado, readquire a força física e disposição para o trabalho; e que tem carência de vitaminas, proteínas e minerais, obtendo as calorias necessárias nas bebidas alcoólicas — pinga e cerveja —, responsáveis pelo aumento de casos de alcoolismo.

As pesquisas mostram também que os bóias-frias deixam sua casa antes do alvorecer, para enfrentar um dia de trabalho, apenas com uma xícara de café e um pedaço de pão; que a maioria almoça entre 9 e 10 horas, comendo uma mistura de arroz branco com macarrão, colorido com um débil molho de tomate, batata e, às vezes, feijão, acondicionada numa marmita fria, preparada na noite anterior ou pouco antes de sair para o trabalho”.

(Visão, Ano XXXIII, nº 22, 28-5-85, pág. 111).

É esse bóia-fria que comandou todo o movimento no campo no mês de maio último. É esse bóia-fria que de forma simples, porém

firme, é retratado pelo padre Domingos Bragheto, da Pastoral da Terra, na região:

“Eles têm ouvidos e olhos, são analfabetos e pobres, mas sabem o que está acontecendo no Brasil. Assistem à televisão, ouvem rádio e sofrem da mesma forma que os demais quando enfrentam a mesma miséria. Por que agiriam de maneira diferente?”

Por que agiriam de maneira diferente? Aí está a explicação para a violência do movimento por parte dos trabalhadores dos canaviais.

Entretanto, a resposta do “governo democrático” veio de forma já costumeira: “repressão democrática”, o que quer dizer: mandou abaixar o pau. Até parecia que estávamos ainda sob o governo estadual indicado pelos militares de 64 em São Paulo.

Aliás, a repressão aos movimentos populares tem sido uma constante ultimamente. E não faltaram “justificativas” (sic) por parte desse novos encastelados no poder:

“Temer critica trabalhadores e garante que ordem será mantida”

“A ordem na região de Guariba será mantida”, garantiu ontem o secretário de Segurança Pública, Michael Temer, revelando que as tropas da Polícia Militar permanecerão na região para evitar outras depredações e saques. O secretário informou, através de sua assessoria, que um “bóia-fria morreu e que 17 pessoas (bóias-frias e moradores de Guariba), além de dois policiais militares saíram feridos nos incidente”.

O secretário Michel Temer criticou a atitude dos bóias-frias. “Os problemas salariais dos trabalhadores rurais não podem ser resolvidos com a depredação dos patrimônios particulares”, disse. No final da tarde de ontem, Temer foi informado que a situação na região de Guariba era calma e que os líderes dos trabalhadores haviam se reunido com o secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto, na cidade de Jaboticabal (a 20 quilômetros de Guariba) para resolver os problemas da classe.

No entender do secretário, a polícia militar não praticou excessos ao reprimir os manifestantes, embora reconheça que “alguns

acidentes" ocorreram, já que a situação na cidade "era quase incontrolável".

Temer afirmou ainda que nenhuma pessoa foi detida, mas determinou que os responsáveis pela depredação e saques sejam identificados e indiciados em inquérito policial. Afirmou, ainda, que a morte de Amaral Melone será apurada.

"PMs não dispararam"

O comandante do policiamento do Interior, coronel-PM Bonifácio Gonçalves, informou que os PMs envolvidos nos tumultos em Guariba não dispararam suas armas. O oficial disse textualmente: "A priori, pelas informações que temos, os policiais não sacaram suas armas, o que será confirmado ou não somente com as investigações a serem feitas pelo presidente do Inquérito Policial Militar, já instaurado para a melhor apuração dos fatos". Segundo ele, a PM agiu moderadamente".

(Folha de São Paulo, 16-5-84, pág. 19)

Entretanto, a Fetaesp rapidamente distribuía nota à imprensa, procurando mostrar que a revolta violenta foi o único recurso que restou a estes super-explorados do país. E na defesa incondicional dos trabalhadores publicou:

"O presidente da FETAESP distribuiu duas notas à imprensa, ambas amplamente divulgadas. Na primeira, no dia 16, esclarecia que *"a revolta dos trabalhadores é fato natural diante do descaso de que são vítimas enquanto trabalhadores e enquanto cidadãos"*, lamentando ter sido necessário tamanho gesto de violência para que, houvesse, finalmente, um pouco de bom senso por parte dos usineiros, fornecedores e autoridades".

Na nota, a FETAESP denunciava que, *enquanto trabalhadores, os volantes sofrem as conseqüências das decisões unilaterais de usineiros e fornecedores quanto a tarefas e remuneração (exemplo, a imposição das 7 ruas) e também a recusa sistemática de negociações por parte da FAESP*. E enquanto cidadãos "os trabalhadores rurais são vítimas da omissão deliberada do Ministério do Trabalho na garantia dos seus direitos", não fis-

calizando o campo, impondo as falsas cooperativas de trabalho que isentam os patrões de responsabilidades trabalhistas, etc.

"Há 96 anos da Abolição da Escravatura — finalizava a nota era de se esperar que as relações trabalhistas no campo tivessem evoluído ao ponto de haver mais respeito para com os trabalhadores rurais, a garantia de condições mínimas de sobrevivência, a garantia dos direitos mínimos de cidadãos, e maior responsabilidade do Poder Público quanto as suas funções primordiais, que não são meramente de Polícia".

Visão, Ano XXXIII, nº 22, 28-5-84, pp. 111-112)

Mesmo no seio do aparelho do Estado, uma voz acabou criando um "terrível mal estar" entre aqueles que ocupam os postos de mando neste Estado: foi o secretário de Governo Roberto Gusmão que ao contrário do Governador do Estado (que afirmou ser a crise — "a inflação de mais de 200% e a dívida externa recebendo o tratamento que lhe está dispensando o governo federal, estão levando a Nação ao limite do suportável" a culpa pelo levante) atribuiu a culpa à "ganância de alguns usineiros". Para Roberto de Gusmão:

"ninguém conseguiria insuflar o trabalhador à revolta se este não estivesse passando fome e em estado de desespero. *Conseqüência da ganância de alguns usineiros, que não querem compreender que a situação do bóia-fria é crítica*".

Qualificando os bóias-frias como "miseráveis nômades", o secretário de Governo afirmou que a situação em todo o Estado "é crítica" e admitiu que outros focos de distúrbios poderão surgir, apesar do esquema preventivo montado pelo governo.

"Os bóias-frias estão realmente ganhando menos este ano do que no ano passado — comentou —, e ainda por cima os usineiros tentam impor-lhes o aumento de cotas de colheita de cana, aumentando a área onde cada um desses trabalhadores deve operar de cinco para sete ruas".

(Folha de São Paulo, 16-5-84, pág. 19)

É interessante ressaltar que Roberto Gusmão é fornecedor de cana na região de Ribeirão Preto. Portanto patrão, quer dizer, um

dos que também exploram a miséria dos bóias-frias. São as condições que movem o bloco no poder.

Também, alguns deputados estaduais registraram sua repulsa aos acontecimentos, defendendo a ira dos trabalhadores. Valdir Trigo (PMDB) afirmava que havia:

"Uma combinação explosiva: de um lado, de 50 a 60 mil trabalhadores volantes vivendo miseravelmente e trabalhando de 10 a 12 horas por dia na colheita da safra de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto; de outro, "4 ou 5 famílias" de apropriando do lucro produzido pelos trabalhadores famintos".

"É uma região rica, a maior concentração de riqueza do Estado e é nessa região, em torno das cidades de Guariba, Pontal, Sertãozinho, Pradópolis e outras que se concentram os bóias-frias na época da safra de cana. Eles não têm nenhuma garantia, vivem na miséria em meio a uma riqueza fantástica".

(Folha de São Paulo, 16-5-84, pág. 19)

Deputado eleito pela região, Trigo estima que o lucro gerado com a produção de açúcar e álcool gira em torno de Cr\$ 10 bilhões.

Já o deputado federal Mauro Bragato (PMDB) pensa que a questão que envolveu a depedração dos escritórios da SABESP em Guariba tem que ser compreendida no seio da situação presente, em que:

"O Governo do Estado não manda nada em relação à Sabesp. A empresa é controlada pelo Ministério do Interior, através do BNH, e isso significa que o governo estadual tem de engolir coisas como o fato de a tarifa de água cobrada na Praia de Pitangueiras, no Guarujá, ser a mesma imposta, por exemplo, aos habitantes da periferia de Guariba".

(Folha de São Paulo, 16-5-84, pág. 19)

Esse foi o quadro do primeiro e segundo dia da revolta dos canaviais. Lá mais de 100.000 trabalhadores volantes estavam em pé de guerra:

“URGENTE — À noite, em Guariba quatro mil cortadores de cana entraram em choque com a Polícia Militar. As estradas que dão acesso à cidade estão bloqueadas. Dois automóveis (um da polícia) foram incendiados pelos manifestantes. Houve tentativas de atear fogo aos canaviais que cercam a cidade”.

(Folha de São Paulo, 17-5-84, pág. 1)

Mas enquanto crescia o movimento dos trabalhadores dos canaviais, a revolta chegava aos laranjais. A região de Bebedouro estava também em estado de revolta. Piquetes, movimentação de tropas, era Bebedouro preparando greve entre os apanhadores de laranja. As manchetes eram:

“Em Bebedouro, greve e piquete também terminam em violência”

“Os apanhadores de laranja de Bebedouro, que estão em greve reivindicando um aumento de Cr\$ 100 para Cr\$ 200 por cota colhida, foram ontem a várias casas nos bairros operários de Cláudia e Alvorada para tentar adesões dos trabalhadores e paralisaram os caminhões e ônibus da Frutesp, na rodovia da Laranja, que transportavam bóias-frias, formando um piquete.

Houve intervenção da polícia e os ônibus com os trabalhadores foram escoltados por soldados da PM para as propriedades agrícolas. A polícia local pediu reforços ao 13º Batalhão, de Aararaquara, e ambas estão de prontidão.

Anteontem, mais de 500 trabalhadores armados de paus, pedras e facas destruíram os caminhões dos empreiteiros que estavam estacionados em frente as casas de seus proprietários.

Na semana passada, os apanhadores realizaram uma passeata pela cidade e receberam a promessa do prefeito Sérgio Stamato de defendê-los, com a organização de uma firma que os contrataria, fazendo o papel do “gato”, o que possibilitará um ganho melhor. A safra iniciará na próxima semana”.

(Folha de São Paulo, 16-5-84, pág. 19)

“Bombas e espancamentos na greve de Bebedouro”

“A greve dos apanhadores de laranja mantém em clima de grande tensão todos os bairros de periferia de Bebedouro, onde se concentram as moradias desses trabalhadores. A situação é pior nos bairros de Jardim Cláudia e Aeroporto. Mais de 300 policiais-militares de batalhões de choque de Araraquara e Ribeirão Preto reforçam a policiamento na cidade. Durante todo o dia de ontem aconteceram escaramuças entre soldados e trabalhadores, que trocaram pedradas e bombas de gás licrimogênio em locais próximos a pontos de embarque dos caminhões de bóias-frias, onde os apanhadores de laranja montaram piquetes. De manhã, um caminhão da Citro Felisberto chegou a ser danificado pelos grevistas.

O presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Bebedouro, José Nunes do Nascimento, denunciou, ontem à noite, que policiais invadiram casas de trabalhadores e espancaram senhoras e crianças “que nada tinham a ver com a coisa”. Solange Aparecida dos Santos, bóia-fria de 15 anos, conta como foi espancada em sua casa: “A gente estava num grupo na porta, quando a polícia chegou dando pauladas de todo lado. Eu corri prá dentro de casa e fui esconder debaixo da cama. Mas um soldado foi me tirar de lá para me dar umas cacetadas”.

Ana Augusta dos Anjos, que com seus cinco filhos também trabalha na colheita de laranja, reclamou: “Que lei que tem prá deixar a polícia bater na gente dentro de casa?”

O tenente Antônio, que comandava ontem à noite o patrulhamento no Jardim Cláudia, tentou minimizar os confrontos entre a polícia e os moradores do bairro. Disse que houve escaramuças, mas nada de grave. Alegou que foi obrigado a usar a força para dispensar grupos de grevistas que lançavam paus e pedras contra a polícia”.

(Folha de São aulo, 17-5-84, pág. 21)

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bebedouro, José Nunes do Nascimento, tentava a todo custo tomar pulso da situação e afirmava:

"Eu fiz igual ao Papa. Pedi paz para os dois lados. Tentei evitar os excessos da polícia e uma reação mais dura dos trabalhadores. Mas só consegui acalmar um pouco as coisas no fim da tarde".

(Folha de São Paulo 17-5-84, pág. 21)

Nascimento havia pasado o dia 16/5 inteiro rondando os bairros da periferia de Bebedouro em um velho fusca amarelo do Sindicato, dotado de um aparelho de alto-falante.

No dia 17/5 sua missão era fundamental, iria para São Paulo, participar de uma reunião com o Secretário do Trabalho e os industriais da laranja, onde pretendia obter uma remuneração mínima de Cr\$ 200,00 por caixa de laranja colhida. Nesse dia Nascimento afirmava enfaticamente:

"Se eu não voltar de lá com uma resposta positiva, não me responsabilizo pelo que possa acontecer em Bebedouro. Têm mais de 10 mil colhedores de laranja só nesta cidade. Eles têm trabalho para apenas cinco meses por ano. Mesmo assim, saem de casa às 4 da manhã e voltam depois das 10 da noite. Tem chefe de família que não ganha nem salário mínimo. Se não houver solução, o povo vai botar pra quebrar porque está passando fome".

(Folha de São Paulo, 17-5-84, pág. 21)

Vieram as negociações noite a dentro no dia 17/5 entre os patrões das indústrias de suco e os empreiteiros de mão de obra de um lado e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região de Bebedouro, FETAESP e CONTAG de outro. O resultado, todos sabemos, mais um:

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

"Aos 18 dias do mês de maio de 1984, na Secretaria de Estado de Relações do Trabalho, estando presente: 1) Almir Pazzianotto Pinto, Secretário de Relações do Trabalho; 2) José Nunes do Nascimento, presidente do Sind. dos Trabs. Rurais de Bebedouro; 3º João da Silva, presidente do Sind. dos

Trabs. Rurais de Barretos; 4) Roberto Keriguti, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo; 5) Jonas Pereira de Souza, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; 6) Ricardo da Cunha Melo, advogado dos trabalhadores; 7) Elvina Pereira de, digo Elvira Pinheiro Rodrigues, advogada dos trabalhadores; 8) Milton Borba Canicoba, advogado dos trabalhadores; 9) Hans Georg Krauss, diretor da ABRASUCOS (diretor-presidente); 10) Mário Blanco Pires, diretor secretário da ABRASUCOS; 11) Paulo de Souza Brito, procurador da ERUCITRUS Empreitadas S.C. Ltda.; 12) Waldomiro Ramos, sócio-gerente da Empreiteira União S.C. Ltda. Bebedouro; 13) Vanderlei Ribeiro de Aguiar, procurador geral da Real S.C. Ltda. Empreitadas Rurais, de Barretos; foi celebrado um acordo coletivo de trabalho, destinado a fixar o salário e condições de trabalho dos apanhadores de laranja que prestam serviços nas bases territoriais dos sindicatos de trabalhadores signatários, para vigorar durante a safra de 1984, o qual obedecerá às seguintes disposições:

- 1) o acordo é celebrado entre os sindicatos de trabalhadores rurais de Bebedouro e Barretos e as empresas empreiteiras de trabalho rural acima identificada, com o aval, quanto ao seu cumprimento, da ABRASUCOS — Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos, como representante das empresas deste setor;
- 2) por força deste acordo, as empresas empreiteiras de trabalho rural comprometem-se a executar os seus serviços exclusivamente com trabalhadores devidamente registrados, com as respectivas carteiras de trabalho e previdência social regularmente anotadas, cabendo aos sindicatos de trabalhadores orientar aos seus associados, ou não associados, no sentido de obterem esta carteira;
- 3) a produção de cada trabalhador será medida por caixa de colheita, observando-se os seguintes preços por caixa: salário por caixa, já incluídos as parcelas correspondentes ao descanso semanal remunerado, férias, décimo terceiro salário e indenização, Cr\$ 210,00 (duzentos e dez cruzeiros): descanso semanal remunerado, Cr\$ 24,00 por caixa, décimo terceiro salário e indenização, Cr\$ 14,00 tudo perfazendo, como acima se especificou, a quantia de Cr\$ 210,00 (duzentos e dez cruzeiros);
- 4) a cada colhedor será entregue, diariamente, um comprovante da quantidade de caixas de colheita por ele colhidas, com a utilização de impresso próprio fornecido pelo empregador;
- 5) os pagamentos serão feitos com envelopes ou documentos similares, discriminativos das importâncias pagas e descontos eventualmente efetuados;

- 6) as parcelas relativas às férias, décimo terceiros salários e indenização serão pagas no término do contrato, na forma da lei;
- 7) a sacola da colheita será fornecida gratuitamente pelo produtor;
- 8) a distribuição das caixas de colheita será feita em números iguais para os trabalhadores;
- 9) a colheita de laranja para exportação será sempre feita na diária e sem uso de tarefas;
- 10) quando da colheita o pomar deverá estar totalmente limpo pelo proprietário;
- 11) fica proibido o uso de sacos e balaios para a colheita da laranja;
- 12) todos os instrumentos (sacolas, escadas, alicates, etc), fornecido pelos proprietários, quando quebrados por força do trabalho não poderão ser cobrados aos trabalhadores;
- 13) as pessoas destinadas ao carregamento dos caminhões deverão ser contratadas especificamente para essa finalidade;
- 14) os fiscais de serviço devem ser pessoas registradas como empregados;
- 15) as horas extras serão pagas na forma da lei;
- 16) a condução destinada ao transporte dos trabalhadores deverá ser equipada com toldo, bancos fixos, guardas altas, grades de proteção, sendo proibido o transporte de ferramentas junto dos trabalhadores;
- 17) o transporte será gratuito;
- 18) o empregador fica obrigado a manter nos locais de trabalho caixa de medicamentos para primeiros socorros;

- 19) nos dias em que não houver trabalho por motivo de chuva, ou outros fatores alheios à vontade do trabalhador, comprovada a sua presença no ponto de embarque e sua disponibilidade no local da colheita, o empregador pagará salários integrais calculados na média diária da semana trabalhada; a ausência do empregado no local da colheita não desobrigará o empregador do pagamento do salário se motivada pela recusa do transportador em conduzi-lo até aquele local;
- 20) fica proibida qualquer dedução na produção do trabalhador, para efeito de pagamento de descanso semanal remunerado, feriados, 13º salário, férias e indenização, de acordo com a lei; vide cláusula 3;
- 21) o presente acordo será submetido a registro e arquivo na forma da lei.

Almir Pazzianotto Pinto	(assinatura e RG)
José Nunes do Nascimento	''
João da Silva	''
Paulo de Souza Brito	''
Waldomiro Ramos	''
Vanderlei Ribeiro de Aguiar	''
Hans Georg Krauss	''
Mário Blanco Perez	''
Roberto Horiguti	''
Ricardo de Cunha Melo	''
Elvina Pinheiro Rodrigues	''
Milton Borba Canicoba	''
Jonas Pereira de Souza	''
Testemunhas:	(assinatura)
Deputado Waldemar Cimbaci	''
Dra. Terezinha dos Santos Prado	''
Dra. Sonia Alvim	''

Enquanto os trabalhadores bóias-frias conseguiam conquistar, no plano legal — quer dizer no papel —, conquistas estas elementares, o que ainda não tinha tido o direito e o acesso, o movimento esparramava-se por todo o Estado de São Paulo e pelos Estados vizinhos (Goiás, Minas Gerais e Norte do Paraná). Em menos de uma semana as regiões de Barretos, Araraquara, Catanduva, Araçatuba, Lins, Piracicaba, Limeira e Jaú estiveram agitadas pelas greves dos bóias-frias. O mapa abaixo mostra as regiões do estado atingidas.



Com o alastramento das greves os patrões movimentaram-se e unilateralmente passaram a propor a extensão do acordo para as demais regiões do Estado como demonstra o documento que segue:

"Sertãozinho, 15 de maio de 1984.

SENHORES SECRETÁRIOS

Os dirigentes Sindicais Patronais e empresários abaixo assinados, por intermédio de Vossa Excelência, através desse documento, dão ciência ao Governo do Estado de São Paulo que, nesta data, ratificam por inteiro os termos do acordo coletivo de trabalho celebrado na data de ontem no Sindicato Rural de Jaboticabal, entre dirigentes Sindicais de trabalhadores, dirigentes Sindicais Patronais e Empresários dos setores canavieiro, açúcareiro e alcooleiro, o qual passa, assim, a ter a sua abrangência em todo o Estado de São Paulo. Queremos, desta maneira, dar início a safra de 1984 atendendo as reivindicações dos trabalhadores rurais deste setor e contribuindo para que o

trabalho neste período se desenvolva dentro de um clima de mais absoluta tranquilidade.

Nestes termos assinam o presente documento.

Excelentíssimos Senhores
Dr. Roberto Gusmão
Digníssimo Secretário do Governo
Dr. Almir Pazzianotto Pinto
Secretário do Trabalho”

(assinaturas)

Entretanto com o alastramento do movimento, a violência continuou. Da tensão em Guariba aos conflitos de rua em Monte Alto tudo era luta e repressão na revolta dos canaviais e laranjais do Estado de São Paulo. O registro da imprensa torna-se importante neste momento:

“Guariba continua um barril de pólvora. Ontem à noite, por volta das 20 horas, os bóias-frias atearam fogo num canavial da fazenda São Carlos, próximo à cidade, e prometeram incendiar, outros se suas reivindicações não forem atendidas.

Depois de uma assembléia realizada no estádio municipal, logo cedo, eles decidiram continuar o movimento grevista “até a vitória”. O clima na cidade está tenso. O comércio não funcionou ontem (apenas alguns poucos bares abriram a meia porta) e já começa faltar alimentos, especialmente nas casas dos bóias-frias. Nos bairros onde moram esses trabalhadores, como o Monte Alegre, por exemplo, grupos de bóias-frias mais exautados fazem piquetes parando veículos nas ruas. Nos dois trevos que dão acesso à cidade, a Polícia controla saídas e entradas dos bóias-frias, que já conseguiram paralizar por completo as usinas São Martinho (maior da América do Sul), Bonfim, Santa Adélia e São Carlos através de piquetes.

Ontem a tarde, um grupo de 100 trabalhadores, a bordo de dois caminhões e armados de facões de cortar cana e picaretas, saíram do centro da cidade com destino à Usina São Martinho. A Polícia agiu com mais de 60 soldados e conseguiu retirar as ferramentas dos bóias-frias, sem que fosse necessário usar

a violência, e não deixou que os caminhões chegassem até a usina, desviando-os para um ramal rodoviário que dá acesso a Jaboticabal. Ali, depois de mais de meia hora de espera, os bóias-frias decidiram voltar para a cidade e organizar um "piquetão" no bairro do Monte Alegre, que por volta das 16 horas foi desfeito pela polícia com bombas de gás lacrimogênio. Os trabalhadores revidaram com pedras e, para evitar confrontos, a tropa de choque acabou se retirando do local".

(Folha de São Paulo, 17-5-84, pág. 20)

As manchetes se sucediam:

"Novos protestos e mais violência entre bóias-frias"

"Pelo menos 30 pessoas ficaram feridas ontem durante uma passeata de 500 bóias-frias em greve pelas ruas de Monte Alto, perto de Ribeirão Preto. Os trabalhadores, que não sabiam ainda que o acordo firmado com os cortadores de cana de Guariba se estendia também para eles, foram reprimidos por 180 homens da Tropa de Choque da Polícia Militar de Araraquara, armados com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo.

Eram 6h30 da manhã quando os distúrbios começaram na cidade de aproximadamente 25 mil habitantes: 200 trabalhadores rurais, em greve, fizeram piquetes em uma das saídas de Monte Alto para forçar a adesão de seus colegas. O delegado de Monte Alto, Manoel Natalino, interveio para pedir calma aos manifestantes. Mas como a tensão aumentava, os policiais deixaram o Bar do Pedin, na Vila Peres, periferia da cidade, que funciona como ponto de embarque dos bóias-frias, para pedir reforço em Araraquara. Nesse momento, um homem estranho ao Sindicato dos trabalhadores Rurais de Monte Alto aproveitou para incitar os trabalhadores a usar a força. Lembrando o episódio de Guariba, quando "os patrões só cederam com o uso da violência", ele fez um discurso para os 300 bóias-frias ali reunidos. Pouco depois das 7 horas, 500 manifestantes saíram em direção ao centro da cidade, com o propósito de depredar o prédio da Sabesp. Eles chegaram a atirar pedras e quebraram vários vidros do escritório e, em seguida, se dirigiram para o Mercado

Municipal, onde saquearam mercadorias num total de Cr\$ 25 milhões.

Segundo o delegado Manoel Natalino, a ação demorou menos de dez minutos e os saqueadores saíram correndo com a chegada do pelotão da PM. Três pessoas sofreram ferimentos leves e outras 27, algumas escoriações. Em seguida, saquearam um açougue e dois bares, mas foram reprimidos quando tentaram entrar no Supermercado Curitiba, um dos maiores de Monte Alto. O comércio fechou suas portas.

Após os incidentes, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sebastião Vieira Magalhães, convocou uma assembléia no Estádio Municipal e formou um comando de greve "para não perder as rédias do movimento". A situação só se acalmou no fim da tarde, quando uma nova reunião foi convocada para a noite".

(O Estado de São Paulo, 19-5-84, pág. 9)

Com o aumento da violência e do apoio à greve, o movimento continuou seu ritmo ascendente durante toda a semana.

"A tensão predominava na região vizinha a Guariba e em outros pontos do Interior, enquanto prossegue a greve dos apanhadores de laranja na região de Barretos, agora apoiada pelos trabalhadores rurais de Monte Alto. Quarta-feira à noite, cerca de 500 pessoas que protestavam contra as tarifas de água depredaram a estação de tratamento, a caixa de água e o setor de captação da Sabesp em Icém. Em Piranji, perto de Araraquara, cerca de 250 bóias-frias destruíram o engenho de uma fazenda. Por sua vez, 2.000 volantes de Monte Alto não trabalharam ontem, em solidariedade ao pessoal em greve em outras cidades. E em Barretos, malogrou uma tentativa de passeata que os trabalhadores rurais pretendiam realizar para mostrar as condições em que vivem.

Quarta-feira à noite, moradores de Icém pretendiam cobrar da prefeita Dirce Ribeiro (PMDB) a promessa de romper o contrato entre a Prefeitura e a Sabesp. Ela não compareceu ao encontro, e aproximadamente 500 pessoas dirigiram-se ao prédio

da Sabesp, que acabaram depredando. Depois, tentaram atacar a casa da prefeita, sendo impedidas pela polícia.

Em Piranji, 250 bóias-frias destruíram o engenho da fazenda Capivara e cortaram os fios telefônicos. A PM enviou reforços a esta pequena cidade de 7.600 habitantes.

Sem passeata

Em Barretos, apenas seis caminhões conseguiram burlar os piquetes montados pelos apanhadores de laranja e levaram 400 pessoas para o trabalho. Os 200 homens da PM nessa cidade conseguiram evitar depredações e saques. No bairro de Bom Jesus, principal ponto de embarque de bóias-frias, dezenas de volantes pretendiam desfilar pela cidade em caminhões, para mostrar à população como são transportados para o trabalho e denunciar os salários que recebem. Mas não encontraram um motorista que se dispusesse a levá-los. Então, tentaram promover uma passeata até à Prefeitura, onde estavam sendo distribuídas cestas de alimentos a trabalhadores em greve. A PM interceptou a passeata e a dispersou sem incidentes.

Há um mês os apanhadores de laranja de Barretos vêm discutindo sua situação, quase sempre com seus colegas de Bebedouro. Os bóias-frias de Barretos têm conseguido, em média, Cr\$ 60 por caixa de laranja, ou Cr\$ 3 mil por dia de trabalho”.

(Folha de São Paulo, 18-5-84, pág. 22)

Até o prefeito de Monte Azul Paulista,

“Almiro Pereira Borges, do PMDB, acabou levando pancadas distribuídas por uma tropa de choque da PM para dispersar um grupo de bóia-fria, que estava montando uma barreira e apedrejando caminhões na rodovia Armando Sales de Oliveira, junto ao trevo de acesso à cidade. Na pancadaria, um assessor do prefeito teve a cabeça ferida e foi levado para um hospital.

O clima em Monte Azul — uma cidade de 15 mil habitantes, dos quais 2.500 são bóias-frias — já estava tenso desde a noite de quinta-feira (17), quando houve uma passeata dos grevistas. A manifestação terminou sem incidentes e com o com-

promisso do prefeito de estender a Monte Azul o "acordo de cavalheiros" feito no".

(Folha de São Paulo, 19-5-84, pág. 19)

Passava a primeira semana e as greves iam se sucedendo:

"Cortadores de cana fazem piquetes em Jaú"

"Enquanto era realizada em Jaú uma reunião entre trabalhadores do setor canavieiro e representantes das quatro usinas da região, cerca de 200 bóias-frias da Central Paulista de Açúcar e Alcool fizeram um piquete impedindo a passagem dos caminhões de transporte de cana. Os trabalhadores protestaram porque na reunião não foi discutida a questão salarial, que foi transferida para hoje na delegacia regional do Ministério do Trabalho. Eles reivindicam a aplicação do acordo de Guariba, que estabelece o pagamento de Cr\$ 1.740,00 por tonelada de cana de 18 meses e de Cr\$ 1.660,00 por tonelada para as canas de outras idades. Os bóias-frias prometem ficar parados até que seja resolvida a questão salarial.

Após denunciar que o acordo de Guariba não está sendo respeitado pelas usinas e fornecedores de cana da região, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãozinho decidiu ontem iniciar a convocação da categoria — cerca de 20 mil — para uma nova greve, a ser decidida a partir de sábado.

De acordo com Luís Carlos Garcia, diretor do Sindicato, as usinas São Geraldo e Santo Antônio não estão atendendo as reivindicações aprovadas no acordo, mas não chegou a especificá-las. Os usineiros, no entanto, garantem que a mudança do sistema de sete para cinco ruas, na colheita da cana, já está vigorando na região e que o compromisso dos empresários é cumprir integralmente o acordo.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urupês, Adair Garcia Fernandes, disse que as empresas da região já estão pagando de acordo com o combinado, "mas podem suspender o pagamento a qualquer instante". Além disso, ele questiona o desconto feito aos apanhadores de laranja e

que o acordo não esclarece se, no caso de um trabalhador demitir-se ou ser demitido, ele receberá ou não o que foi descontado”.

(Folha de São Paulo, 23-5-8b, pág. 16)

“Em Limeira e Iracemápolis, greve de bóias-frias leva a rápido acordo

“Cinco mil bóias-frias e trabalhadores de usinas dos municípios de Limeira e Iracemápolis entraram em greve ontem, encerrada algumas horas depois com a aceitação, por parte dos usineiros, da maioria das exigências apresentadas durante uma assembléia realizada à tarde, em Limeira.

O acordo feito prevê, em suas cinco cláusulas, que as usinas fornecerão a folha de controle de produção do mês, indicando metro e peso da cana cortada, transporte gratuito aos locais de trabalho e garantia da volta de cinco ruas por lavrador. Os trabalhadores fixos ou permanentes (estão excluídos os atuais safristas) terão direito a receber a partir de 1º de julho um adicional de duas horas às oito efetivamente trabalhadas para compensar a redução da jornada que era de doze horas, computadas as horas-extras. As empresas se comprometeram a pagar multa de 10% em caso de infringência dessa cláusula.

Em Iracemápolis, quatro viaturas da polícia cercaram a Usina Iracema, e sexta maior do Brasil, com 4 mil trabalhadores diretos e indiretos, pertencentes ao Grupo Ometto, mas não houve nenhum incidente. Segundo o diretor Nelson Ometto, por causa do movimento a empresa deixou de produzir 1 milhão de litros de álcool e 20 mil sacas de açúcar.

Laranja

Em Araras, cerca de 800 trabalhadores reuniram-se no Sindicato Rural para reivindicar a equiparação de Cr\$ 210,00 por caixa de laranja, mais domingo remunerado e 13º salário.

As empresas contratadoras do serviço marcaram uma nova reunião para o dia 4 de julho, às 8 horas da manhã, na sede do sindicato, a fim de discutir os pedidos dos bóias-frias, mas não

está afastada a possibilidade de uma greve porque as negociações têm sido muito demoradas”.

“Começam hoje negociações nas “lavouras brancas””

“Pela primeira vez em sua existência de mais de 20 anos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal conseguiu marcar uma reunião com representantes dos fazendeiros da região, para discutir as reivindicações dos empregados temporários das chamadas “lavouras brancas” (arroz, feijão, milho, cebola, amendoim, soja). O encontro será realizado hoje às 20 horas na subsede do sindicato em Monte Alto com a participação de representantes de fazendeiros e prefeitos de Jaboticabal, Monte Alto, Taiúva, Pirangi, Taquaritinga e Vista Alegre.

A principal reivindicação dos trabalhadores é o pagamento de uma diária de Cr\$ 10 mil cruzeiros, além dos benefícios de carteira assinada, férias, 13º salário e indenização ao término das colheitas. O presidente do Sindicato, Benedito Vieira Magalhães, afirma que grande parte dos fazendeiros da região já está pagando diárias de Cr\$ 7 mil, enquanto outros ainda estão pagando praticamente o mesmo do ano passado, isto é, de Cr\$ 3.500 a 4.000 por dia.

“Ou os fazendeiros aceitam a nossa proposta, ou vão ficar sem gente para trabalhar, pois vai todo mundo colher cana e laranja” comentou Magalhães. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Roberto Horiguti, que também vai participar da reunião, afirma que a inédita decisão dos fazendeiros, de aceitarem participar de negociações, é consequência das recentes greves de bóias-frias”.

(Folha de São Paulo, 19-5-84, pág. 17)

“Em Novo Horizonte, 5 mil bóias-frias estão parados”

“Continua a greve iniciada na última quarta-feira, em Novo Horizonte, por quatro mil bóias-frias que reivindicam melhores

salários. Ontem cedo, reunidos em essembléa-geral realizada no estádio Josué Quirino de Moraes, os trabalhadores apresentaram uma nova proposta aos usineiros. Atualmente, os cortadores de cana ganham Cr\$ 122.275,49 por mês e querem ganhar Cr\$ 170,00 a Cr\$ 350,00 por metro linear cortado, variando a importância de acordo com a idade da cana.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Horizonte, Fioravante Mazo, acredita que o acordo poderá sair até o final desta semana.

Em Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema, os bóias-friais reiniciaram a colheita de cana com maior segurança e entusiasmo, depois de conseguirem acordo com os empresários, garantindo um fixo de Cr\$ 1.500,00 por tonelada de cana de dezoito meses e Cr\$ 1.450,00 para cana soca. A esses valores são acrescidos o descanso semanal, 13º, férias e outras vantagens, resultando num ganho de Cr\$ 2.100,00 por tonelada de cana.

Os cafeicultores de Franca ficaram de responder dentro de dez dias às reivindicações feitas pelos bóias-friais que entraram em greve parcial na terça-feira. O trabalhadores pleiteiam Cr\$ 10 mil fixos por dia (hoje recebem em média Cr\$ 5.500,00), registro em carteira, pagamento de férias, 13º, indenização no término da safra, transporte gratuito e em melhores condições e fornecimento de ferramentas pelos empregadores”.

(Folha de São Paulo. 1º-6-84, pág. 17)

Como já afirmamos, o processo de paralização dos bóias-friais paulistas, não se limitou ao território do Estado de São Paulo, mas chegou ao Triângulo Mineiro, ao sul de Goiás a ao Norte do Paraná, como podemos observar pelas notícias que seguem:

“Paralização atinge quatro mil em Goiás”

“A greve dos cortadores de cana do município de Santa Helena, região Sudeste de Goiás, iniciada anteontem, já atinge quatro mil bóias-friais e não há qualquer perspectiva de acordo entre usineiros e trabalhadores. Os bóias-friais querem que o sistema de

corte de cana volte a ser o de cinco ruas e aumento de 134% — atualmente recebem entre Cr\$ 1 mil e Cr\$ 1,5 mil por tonelada de cana cortada —, mas os usineiros não abrem mão das sete linhas e querem negociar o reajuste. A greve poderá estender-se aos municipais de Rio Verde, Maurilândia, Acretina, Goiánésia, Itaporanga e Jandaia.

Ontem o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena, José Francisco de Barros, e o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, Amparo Sesil do Carmo, denunciaram que policiais militares efetuaram vários disparos para tentar impedir a realização de piquetes nas saídas do município de Santa Helena. Eles enviaram ofício ao secretário da Segurança Pública, José Freire, relatando os fatos e solicitando providências.

Os cortadores de cana realizaram nova asembléia ontem e decidiram pela continuidade da greve”.

(Folha de São Paulo, 19-5-84, pág. 21)

“Após paralização, sai acordo em Uberaba”

“Três mil bóias-frias que cortam cana para as usinas Delta e Mendinça, no Triângulo, em greve desde ontem, conseguiram um aumento de Cr\$ 900 para Cr\$ 2.100 na tonelada de cana e fazer contrato direto com usineiros, evitando o intermediário.

Os acordos assinado ontem à noite entre usineiros e trabalhadores prevêm também transporte em caminhões mais seguros.

Os sindicatos dos trabalhadores rurais da região de Londrina enviaram carta ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, denunciando o desrespeito às leis trabalhistas pelo grupo Atalla proprietário da Usina Central do Paraná, localizada em Porecatu, onde segundo afirmam, não são respeitados os direitos humanos.

Na área de influência direta da Usina Central, os Atalla posuem 86 fazendas, no total de 38.670 hectares, que ocupam 82% dos 29 mil hectares do município de Porecatu e estendem-

se a Florestópolis, Centenário do Sul, Alvorada do Sul Guaraci e Mirassolva, no Paraná e Ipê e Rancharia, em São Paulo.

Goiânia

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, Amparo Sesil do Carmo, descartou qualquer possibilidade de negociação com a Associação Goiana dos Produtores de Açúcar e de Alcool (Assoálcool) caso os usineiros insistam em adotar as sete linhas no corte de cana. "Só voltaremos a dialogar depois que aceitarem as cinco linhas", disse ele.

O presidente da Usina de Alcool de Goianesia, Otávio Lage Siqueira Filho, havia decidido concordar com as cinco linhas, na tentativa de evitar uma greve. O presidente da Assoálcool, Expedito Sobrinho Stival, reuniu 14 usineiros para definir os pontos de negociação com representantes dos sindicatos de trabalhadores.

No final da reunião, os usineiros decidiram não concordar com os preços acertados pela Usina Santa Helena de Açúcar e Alcool, descartando sua extensão para outras regiões canavieiras".

(Folha de São Paulo, 23-5-84)

"Começa revolta no Paraná"

"Revoltados com a exploração a que são submetidos pelos empreiteiros ou "gatos", os cortadores de cana de Andirá, no Norte do Paraná, fizeram ontem uma manifestação em frente ao sindicato dos trabalhadores rurais, exigindo modificações no sistema de medição e melhor preço por metro de cana cortado. Os bóias-frias trabalham para a Usina Jacarezinho, Destilaria de Alcool Corrêa de Arruda e para a Casquel de Cambará, mas não têm vínculos com as indústrias, pois são contratados pelos "gatos".

Os cortadores de cana estão reivindicando o uso de uma vara de dois metros de comprimento para medir o serviço feito e não de 2,40 metros como acontece agora; o preço mínimo de Cr\$ 25 por metro cortado e a eliminação da intermediação dos "gatos". Segundo Elson Mielsen, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá, os usineiros pagam aos emprei-

teiros Cr\$ 1.500 por tonelada de cana e estes pagam somente Cr\$ 600 para os trabalhadores, ficando com Cr\$ 900.

Em Porecatu, também no Norte do Paraná, a Usina Central do Paraná, pertencente ao Grupo Atalla e maior empregadora de mão de obra rural na safra da cana, ainda não pagou os salários de março, abril e maio. Os sindicatos acreditam que esta área "é a mais tensa e podem ocorrer aí as primeiras manifestações violentas dos bóias-frias".

Tensão no Paraná

"Já não temos muita coisa a perder e estamos dispostos a conquistar as terras de que precisamos com nossas próprias forças, porque estamos cansados de passar fome e ver nossos filhos crescerem sem esperança de uma vida melhor". Essa frase, dita em Cascavel por um líder de trabalhadores rurais a representantes do Inca e do governo paranaense, demonstra o estado de espírito dos volantes da região Oeste do Paraná, que se associaram recentemente em grupos bastante ativos que reivindicam a posse de terras".

(Folha de São Paulo, 5-6-84)

Nem mesmo o passar dos dias, a chegada do mês de junho foi motivo para esquecimento; os bóias-frias estavam atentos e iniciavam/retomavam movimentos, um atrás do outro:

"Bóias-frias queimam plantação de cana e conseguem reajuste"

"Os cortadores de cana de Avanhadava, Promissão, Penápolis, Lins, Getulina, Alto Alegre, Barbosa e Buritama iniciaram uma greve ontem, por volta das 7 horas, e atearam fogo em dez alqueires de cana na fazenda de Antônio Rufato Pereira em Avanhadava. Eles reivindicavam o pagamento de Cr\$ 25 a Cr\$ 40 por metro cortado, dependendo do tipo de cana. À tarde, representantes da Usina Equipave, de Promissão, o líder dos bóias-frias José Carlos Sanches e o prefeito de Avanhadava, Ricardo Jorge (PDS), chegaram a um acordo com relação ao metro de cana cortada. O usineiros comprometeram-se a pagar de

Cr\$ 25 a Cr\$ 40 por metro, contra os Cr\$ 15 que pagam atualmente”.

(Folha de São Paulo, 8-6-84, pág. 22)

“Bóias-frias fazem greve em Araçatuba”

“Por estarem recebendo apenas Cr\$ 85,00 por metro de cana cortada, quando outras empresas do setor já vêm pagando Cr\$ 152,00, os trabalhadores contratados pela Destilaria Alcoa-zul, em Araçatuba, paralisaram o serviço ontem, exigindo reajuste. Cerca de 500 trabalhadores organizaram um piquete de madrugada, junto à entrada da empresa, impedindo o tráfego de veículos nos dois sentidos.

Essas pessoas e mais alguns representantes dos bóias-frias reuniram-se durante toda a manhã com o presidente da empresa, Rezek Nametala Rezek, em busca de uma solução para o caso, mas não houve acordo.

À tarde, os bóias-frias resolveram voltar ao trabalho, mas exigem uma resposta da empresa ainda hoje. Caso contrário, recomeçam a greve.

Acordo

Terminou ontem a greve de 8 mil bóias-frias na cidade de Pontal, na região de Ribeirão Preto, com uma significativa vitória dos trabalhadores: a eliminação imediata e definitiva do chamado “gato”, que atua com empreiteiro.

O piquete e o boato de que os trabalhadores pretendiam incendiar o canavial obrigaram o comparecimento da Polícia Militar com uma tropa de choque. Também se dirigiram para lá o diretor do Serviço Regional de Relações do Trabalho, Habib Nadra Ghaname, o chefe da Subdelegacia do Trabalho, Gério de Faria, os delegados de polícia Elias Alves Corrêa Júnior (regional) e Gildo Modelli (seccional), e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Aparecido Guilherme de Moura”.

(Folha de São Paulo, 15-6-84, pág. 17)

Assim chegamos ao momento em que produzimos este documentário sobre a revolta nos canaviais e laranjais.

Uma coisa ficou clara a todos nós: a revolta pode ter demorado, mas chegou com toda a violência que a exploração deixa na pele destes trabalhadores brasileiros.

São, pois, a miséria e a fome, os componentes básicos do cotidiano dos bóias-frias, criaturas submetidas a um processo de exploração sem igual na história do capitalismo. Esse processo de exploração pode ficar claro quando somos informados de que os bóias-frias tem:

“Uma vida de muito trabalho e pouco dinheiro”

Nem bem o dia clareia, por volta das 4 horas; eles vão se encontrando nos pontos de embarque, munidos de um longo facão, uma lima, marmitta e chapéu na cabeça. Rosto sofrido, alguns jovens mas já parecendo velhos, trazem em seu corpo a marca do trabalho difícil dos canaviais. “É uma vida de inferno”, afirma o bóia-fria José Gonzaga Medeiros, três anos na função, que veio de Minas, foi para o Paraná e acabou em Guariba. Como ele, são milhares, especialmente no Estado de São Paulo. Somente em Guariba existem 10 mil. Na região, segundo cálculos dos presidentes de sindicatos rurais, mais de 100 mil trabalham nas safras de cana e laranja. Muitos eram pequenos sitiantes, mas acabaram perdendo suas terras. Foram se instalando nas periferias das cidades e obrigados a caminhar mundos para conseguir o sustento das famílias.

Em Guariba, nas usinas de corte de cana, eles conseguem ganhar uma média de Cr\$ 150 mil por mês. Mas, para isso, são obrigados a um duro esforço. Trabalham das seis horas da manhã até o final da tarde e, além de ganhar pouco, ainda seus direitos, na maioria das vezes, não são respeitados. O facão, a lima e qualquer outro equipamento que eles têm de utilizar em seu trabalho diário são comprados por eles mesmos. Um facão pode custar entre Cr\$ 4 e Cr\$ 6 mil, durando uma média de cinco dias, segundo o bóia-fria Paulo Soares Lima, a lima (Cr\$ 1.500,00) aguenta três dias. Só em ferramentas, portanto, muitos deles gastam boa parte do que recebem. “Roupa — diz o bóia-fria Paulo Soares Lima — eu não estou comprando há muito tempo”.

Além do mais poucas usinas oferecem algum tipo de assistência médica a seus trabalhadores. Atende os casos mais graves

em enfermarias próprias. Mas os bóias-frias se queixam de que se alguém ferir uma perna com o facão e não puder trabalhar, terá que comparecer à usina para receber a diária, se não é descontado. Na safra do ano passado, os bóias-frias tiveram o sistema de corte de cana alterado de cinco para sete ruas e isso fez com que todos eles perdessem dinheiro. Com cinco ruas, explica Benedito Magalhães, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, o trabalhador tem um rendimento maior, pois não perde muito tempo em colocar e transportar a cana e pode cortar até 10 toneladas por dia. No sistema de sete ruas isso não é possível — afirma — uma vez que o trabalhador é obrigado a se deslocar para depositar a cana em montes, distantes um do outro. Se no sistema de cinco um trabalhador consegue ganhar Cr\$ 150 mil por mês, no de sete, com esforço bem maior, ele produz apenas 60 por cento disso e ganha, então, cerca de Cr\$ 90 mil.

A atuais manifestações levaram os trabalhadores a conquistarem pelo menos uma vitória: esse sistema voltou para cinco a partir de ontem e será mantido segundo os usineiros daqui para à frente, durante toda a safra. Mas os bóias-frias querem que todas as suas reivindicações apresentadas numa pauta de 19 itens, sejam atendidas.

(Folha de São Paulo, 17-5-84, pág. 20)

Trabalhadores que estiveram aparentemente calados até os dias de hoje se levantam, mostram os sinais de sua força.

Qualquer discussão sobre o campo hoje, passa necessariamente pelas greves dos canaviais e laranjais do Estado de São Paulo e pelas greves dos canaviais nordestinos. Aliás é lá que de alguns anos para cá os cortadores de cana estão em levante. As greves dos 200.000, ainda soa como eco sem fim no chão nordestino.

É de lá, que chegam notícias assim:

“TABELA DE TAREFAS EVITA CONFLITOS EM PE”

“O cenário seria, de princípio, o de um campo fértil para a violência. De um lado, 200 mil trabalhadores rurais, empregados na lavoura da cana de açúcar, herdeiros de uma tradição de

luta que ganhou manchetes internacionais com as ligas camponesas, na década de 60. Do outro, 8 mil patrões, entre usineiros de açúcar e de álcool e fornecedores de cana.

No entanto, não há guerra, apesar das constantes denúncias de pressão contra os trabalhadores e espancamento de uma dezena deles, nos últimos meses, por capangas dos fornecedores de cana. O que evita os 315 quilômetros quadrados da zona canavieira pernambucana, uma das regiões mais pobres do Brasil, se transmudar numa explosiva Guariba. "É um único instrumento: uma tabela de tarefas para todo trabalhador rural da cana de açúcar, com remuneração especificada em convenção coletiva de trabalho, reajustada semestralmente", enfatiza o advogado Romeu Cavalcanti da Fonte, assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape). "Sem a tabela, que fixa quanto cada trabalhador deve ganhar por determinada tarefa de produção, a zona canavieira do Estado estaria em permanente convulsão social".

Um trabalhador na cana ganha hoje em Pernambuco um salário mínimo mensal de 111.125,06 cruzeiros, para uma jornada diária média de seis horas. Esse piso será corrigido em 8 de outubro, data-base do dissídio coletivo da categoria, e outra vez reajustado em 8 de abril de 1985, quando se completa o semestre. *Pernambuco é o único Estado do Brasil a ter uma convenção coletiva para os trabalhadores rurais.*

Greve geral

Em 1962, o então governador Miguel Arraes promoveu o primeiro acordo entre usineiros, fornecedores de cana e trabalhadores, para a fixação de uma tabela de tarefas. Mas a partir de 1965, usineiros e fornecedores de cana passaram a descumprir sistematicamente todas as cláusulas acordadas, com apoio da repressão policial dos novos governos. Essa situação — com toda carga de violência que trouxe embutida — perdurou até 1979, quando a Fetape, depois de uma paciente reorganização de suas bases, aglutinou forças suficientes para decretar uma greve geral na zona canavieira e partirem para uma negociação com os patrões.

"Outubro de 1979 significou a reconquista do 1º de maio para os trabalhadores da cana de Pernambuco", acredita o ad-

vogado Romeu Cavalcanti da Fonte. "A mobilização se deu no momento exato, quando o País começava a respirar uma nova atmosfera política e existia carência de mão-de-obra na zona canavieira". A greve durou 8 dias, com mortes, espancamentos e acusação de radicalização de lado a lado. Pressionados e surpreendidos, os patrões terminaram chegando a um acordo.

Há um mês Romeu da Fonte se reuniu com Almir Pazzianotto, secretário do Trabalho de São Paulo, e lhe externou sua preocupação com o excesso de mão-de-obra nas zonas canavieiras de São Paulo e de Pernambuco, por conta da recessão econômica. "Como não há uma tabela em São Paulo, para garantir o mínimo de remuneração, os "gatos" e os patrões se aproveitaram da situação para aumentar as tarefas. A explosão de Guariba, na verdade, só surpreendeu a quem não tinha conhecimento das condições de vida e de trabalho dos bóias-frias", diz Romeu da Fonte".

(Folha de São Paulo, 18-5-84, pág. 21)

A vitória, que chegou com a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho assinado a 17/5/84, foi levada à assembléia geral dos trabalhadores, curiosamente também lá realizada em um estádio de futebol. Guariba transformara-se em uma espécie de São Bernardo do C(c)ampo paulista. Em Bebedouro o episódio também se repetiu: um estádio de futebol foi palco da Assembléia dos trabalhadores dos laranjais.

Foi, certamente, um episódio só comparado aos dias de 1978 em São Bernardo do Campo, quando os metalúrgicos do ABC começaram a mover a alavanca da história brasileira a favor das classes trabalhadoras.

Foi um momento novo no quadro geral dos movimentos sociais do país: o campo industrializou-se, urbanizou-se. Não há, pois, mais como separar o que o capital uniu: o campo e a cidade. O país acaba de assistir uma greve, uma revolta urbana de trabalhadores rurais/urbanos.

Mas, o repórter da Folha de São Paulo, Antenor Braido retratou e registrou de forma maravilhosa este dia de vitória para os bóias-frias paulistas, a primeira, mas não a última.

"VITORIOSOS, TRABALHADORES ENCERRAM GREVE EM
GUARIBA"

"Mãos levantadas, sorriso misturado com lágrimas e uma estrondosa salva de palmas. Assim, 10 mil bóias-frias de Guariba puseram fim ontem à greve que se estendia desde terça-feira, "quando a cidade explodiu". Os usineiros atenderam 90 por cento de suas reivindicações, depois de 7 horas de negociações no Sindicato Rural de Jaboticabal, iniciadas no período da manhã.

Eram 17h15 e, depois de três dias de muita tensão, enfim a paz. E hoje, bem cedo, os bóias-frias voltam aos canaviais, sabendo que têm valor e com muita união chegaram à vitória. Os usineiros cederam. Tiveram que ceder. Já tinham restabelecido o antigo sistema de corte de cana, passando de 7 para 5 ruas, depois que os trabalhadores rurais, com apenas um dia de greve, mostraram que estavam dispostos a ir até o fim. Mais dois dias de paralização (anteontem e ontem) e trabalhadores das cidades vizinhas também começaram a parar (Monte Alto, por exemplo, a 40 quilômetros de Guariba, entrou em greve ontem).

Sentindo que a "luta" era para valer, patrões e empregados sentaram-se a mesa de negociações. Os bóias-frias não sabiam o que era isso há mais de 20 anos. Durante todo esse tempo, eles foram aguentando. Plantaram, limparam e colheram grandes canaviais. Até que no início da semana (terça-feira) os de Guariba explodiram. E para valer.

A vitória

Os bóias-frias conseguiram quase tudo o que reivindicaram: recibo de pagamento mensal em envelopes contendo o valor de salário; aumento do preço do corte da cana de 15 meses, podendo chegar a Cr\$ 2.100,00 por tonelada (antes era Cr\$ 1.200,00); descanso semanal remunerado e pagamento de Cr\$ 2.035,00 por tonelada de outros tipos de cana. Os patrões fornecerão também todos os equipamentos — facão, lima, macacão, luvas e tornozeleiras de couro para os trabalhadores. Antes, eles tinham que comprar tudo isso. Ganham ainda condução gratuita; complementação salarial em caso de acidente de trabalho, pagando a diferença do INPS; além de salário no período de 30 dias caso tenham de ficar afastados por motivo de doença.

“Foi a maior conquista dos trabalhadores rurais em 20 anos de luta”, afirmava no final da assembléia o advogado Leopoldo Paulino, da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (Fetaesp), que participou das negociações e foi um dos líderes do movimento. A pressão dos bóias-frias provocou uma negociação direta inédita para o setor entre patrões e empregados, sendo que o dissídio da categoria ocorre somente em setembro.

O secretário estadual de Relações do Trabalho, Almir Pazzianotto, além de participar das negociações compareceu à assembléia realizada no final da tarde no Estádio Municipal, onde foi um dos oradores. Comparou o acordo entre usineiros e bóias-frias ao que foi feito em 76 entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e os metalúrgicos. “Sem dúvida — acentuou — foi uma grande vitória dos trabalhadores rurais”.

Alegria

Os usineiros começaram a ceder quando perceberam que começava a faltar cana nas usinas. Ontem à tarde, por exemplo, as usinas São Carlos (1.339.128 toneladas de cana) e a Santa Adélia (1.452.676 toneladas de cana) estavam paralizadas; a Bonfim (2.845.3q0) e a São Martinho (4.810.252 toneladas) trabalhavam a meio-vapor”, conforme explicou um funcionário da Associação dos Plantadores de Cana de Guariba, que congrega todas essas usinas.

Na verdade, percebendo a força do movimento dos bóias-frias, os usineiros começaram a ceder anteontem à noite. Um grupo deles, reunido na Usina São Carlos, resolveu atender à maioria das reivindicações e acabou, na prática, assinando o acordo ontem. O movimento grevista de Guariba surgiu, segundo o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais, espontaneamente. “Não há nenhuma influência externa”, afirma seu presidente, Benedito Magalhães. Ele próprio, apesar de estar há 17 anos na presidência do sindicato, não tem muita ascendência sobre a categoria. Mas a paralização acabou sendo conduzida por líderes sindicais e advogados trabalhistas de outras regiões como Araraquara (Hélio Alves) e Ribeiro Preto (Leopoldo Paulino), e acabou “numa grande vitória de todos os trabalhadores rurais”, conforme explicou muito emocionado o

bóia-fria Caetano Faria dos Santos, que não conseguiu falar ao microfono, durante a assembléia, de tão emocionado que estava.

Seu colega Lindovar Queiroz Brito, no seu jeito cabaclo de falar, recebeu aplausos quando disse que "a vitória foi de todos. Agora vamos trabalhar".

Assembléia

A assembléia dos trabalhadores, realizada no Estádio Municipal de Guariba, teve dois atos: o primeiro foi realizado de manhã, quando os bóias-frias foram informados das negociações que se desenvolviam. Depois da palavra de alguns oradores, todos foram liberados, enquanto aguardavam o resultado do encontro entre usineiros e os representantes da categoria. Nesse período a cidade continuou vivendo um clima de muita tensão, com o comércio, escolas e bancos fechados. Por volta das 17 horas, os bóias-frias se reuniram novamente no estádio e, desta vez, foi para aprovar o acordo. A assembléia transcorreu tranquila. Muitos oradores falaram. O deputado Valdir Trigo (PMDB) fez um discurso violento a favor dos trabalhadores. Coube ao advogado José Antônio Pancotti, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, ler os termos do acordo. Antes disso, Almir Pazzianotto usou da palavra e pediu que todos refletissem sobre as reivindicações atendidas: "Espero que vocês analisem esse documento com inteligência e façam dele a pedra fundamental da luta que vocês iniciaram". Coube a Leopoldo Paulino, daí para a frente, dirigir a reunião. O acordo foi aprovado e a alegria voltou a Guariba. Mas os bóias-frias prometeram retomar o movimento se o acordo não for cumprido. "E se voltarmos, Será pra valer" disse Lindovar Brito. Os bóias-frias voltaram a sorrir e Guariba também".

(Folha de São Paulo, 18-5-84, p. 22)

As palavras dos trabalhadores rurais de Guariba foram claras: "a vitória de todos...". Uma vitória nascida da luta no seio do processo de trabalho. Uma luta nascida no anonimato das grandes transformações. Uma luta "sem nenhuma influência externa, espontânea," construída sobre os pilares da miséria e da fome. E ela, certamente, foi na greve de Guariba e Bebedouro uma liderança eficiente:

“Existe apenas uma liderança na greve dos apanhadores de laranja de Bebedouro: a fome. E é uma liderança bastante eficiente. Com um sindicato completamente despreparado — ou apesar dele — sem comando, sem ativistas, sem assembléias, sem panfletos ou qualquer outro meio de mobilização, mais de 10 mil bóias-frias pararam de uma hora para outra em todo o município. A colheita só não foi interrompida totalmente porque as indústrias de suco passaram a recrutar outros trabalhadores volantes de cidades vizinhas.

“A gente decidiu parar porque não dá mais pra aguentar a fome”, afirma Sebastião Carlos Liberatori, 28 anos, três filhos, ex-empregado de uma fábrica de Guarulhos, há três anos trabalhando como colhedor de laranja. Enquanto sua mulher Elelice, com um filho no colo, reclama que não tem nada para cozinhar para o almoço, Sebastião vai contando como começou a greve:

“Não teve nenhuma decisão do Sindicato que só ficava falando de negociação, enquanto o pessoal das indústrias nem dava bola para os nossos pedidos”. Aí, a gente foi falando uns com os outros e resolvemos fazer a greve. E ia ser uma greve pacífica, se a polícia não tivesse começado a bater na gente”.

Sebastião e dezenas de outros bóias-frias contam que as indústrias de suco — que compram as laranjas no pé — estão pagando para colher os mesmos preços do ano passado: de Cr\$ 60 a Cr\$ 100 por caixa de 150 a 200 laranjas, dependendo do arbítrio dos “gatos”, que contratam estes trabalhadores (“na conversa”, sem carteira assinada, INPS ou qualquer outro direito trabalhista), e também da maior ou menor carga de frutos em cada pomar.

A safra vai de maio — quando começam a ser colhidos os primeiros frutos temporões — até dezembro, quando restam poucas laranjas nas árvores. No auge da colheita, que vai de meados de junho a novembro, um trabalhador consegue apanhar de 50 a 70 caixas por dia. Assim, na melhor das hipóteses — com a melhor média da produção e o melhor pagamento por caixa colhida — um bóia-fria consegue Cr\$ 150 mil mensais, caso consiga trabalhar 25 dias por mês. Isso é raro, pois nos dias de chuva a colheita é interrompida e o trabalhador perde o dia mesmo que fique todo ele no pomar. Por isso, mesmo no auge

da safra, a maioria dos bóias-frias não chega — em média — a ganhar o salário mínimo.

Considerando-se que nesse começo da safra a produção de um colhedor varia de 10 a 20 caixas por dia, e que ele já passou quatro meses praticamente sem serviço, é fácil avaliar a situação de miséria e desespero que vivem esses trabalhadores.

Arroz e sal

“Há muito tempo que a comida da gente é só arroz e sal. Tem dia que nem isso a gente tem”, conta Moisés Feliciano da Silva, 43 anos, 10 filhos, morador em um casebre de quarto e cozinha que lhe custa Cr\$ 25 mil de aluguel por mês mais Cr\$ 5 mil de luz e Cr\$ 7 mil de água.

“Feijão é mistura que faz mais de mês que a gente não vê”, completa sua mulher, Maria Rosa, de 28 anos, tentando amamentar com seu peito seco o filho menor, Moisézinho, de três meses.

No quintal do casebre mais seis filhos, pequenos e magros, estão quietos. Ficam parados, olhares pasmados, ouvindo essas conversas sobre salário e comida, cujo significado eles só entendem por suas barrigas vazias”.

(Folha de São Paulo, 18-5-84, pág. 22)

É, pois, nesse processo ocorrido em Guariba e Bebedouro que se está legitimando o nascimento, quem sabe, de uma futura liderança sindical do campo paulista. São os anônimos líderes da “Revolta dos Canaviais e Laranjais” que emergem legitimados no processo de luta. Não se trata aqui de externarmos uma opinião, mas sim de verificar a realidade dos fatos. É o trecho que reproduzimos abaixo é a expressão maior deste quadro que pincelamos:

“... a maior dificuldade para se obter o acordo foi a falta de liderança entre os trabalhadores. “Esta greve é um movimento praticamente acéfalo. O Sindicato dos Trabalhadores não demonstrou até agora nenhuma representatividade ou ca-

pacidade de coordenar o movimento. Eu espero que ele demonstre isso a partir de agora, pois, caso contrário, não há como manter o acordo”.

Na discussão do acordo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi representado por um “bóia-fria”, cujo nome ninguém se importou em anotar. Nenhum diretor da entidade foi encontrado na cidade depois que seu presidente, José Nunes do Nascimento, acompanhado do vice, foi para São Paulo participar de uma reunião com autoridades estaduais e industriais da laranja, com vistas à definição dos novos preços da colheita.

Uma chuva fria e intermitente — durante toda a tarde de ontem — acabou selando o acordo, dispersando os grupinhos de trabalhadores e fazendo a situação na cidade voltar a uma normalidade pelo menos aparente”.

(Folha de São Paulo, 19-5-84, pág. 22)

É desse processo, que registra a nova marca dos movimentos sociais no campo paulista, que encontramos os horizontes para enxergarmos o futuro. Um futuro que parece ter começado lá na divisa com Minas Gerais, lá na distante Mocóca, uma espécie de ponto de largada da Revolta dos Canaviais, pois foi lá que:

“A onda de depredações a rigor começou na noite do dia 23 de abril, em Mococa, próximo da divisa com o sul de Minas, e afastado do foco que eclodiu nos últimos dias. Entre 200 e 300 pessoas munidas de cacos de manilha danificaram o prédio da Sabesp e atearam fogo num veículo. Eram todos jovens, a maioria menores, filhos da primeira geração de bóias-frias, que abandonaram a zona rural a partir dos anos 70...”

(O Estado de São Paulo, 20-5-84, pág. 18)

Assim procuramos registrar este episódio, contraditoriamente cheio de riqueza e miséria, de história recente do país e para finalizarmos julgamos fundamental reproduzir uma série de opiniões sobre o acontecimento; elas certamente enriquecerão ainda mais este documentário-registro:

"A OPINIÃO DA FETAESP

As greves e o trabalho conjunto

As recentes greves e mobilizações de trabalhadores rurais no interior do Estado de São Paulo deixa mais uma vez muito bem claro para todos nós que, quando o trabalhador está organizado e quando decide lutar pelos seus direitos, consegue trazer à mesa das negociações o empregador, mesmo a contragosto, a fim de ouvir suas reivindicações, discutí-las e respeitá-las.

Soube provocar essas negociações, cruzando os braços. Infelizmente foi necessário que um companheiro fosse atingido pela repressão policial e viesse a falecer, para que os empregadores rurais entendessem a gravidade da situação e sentassem à mesa das negociações. O companheiro morto é Amaral Vaz Meloni, de 57 anos, metalúrgico, recém aposentado.

Aliás, se não tivesse ocorrido a greve em Guariba, no máximo 15 dias depois começaria de qualquer modo uma ampla campanha dos canavieiros e apanhadores de laranja. Como se vê agora, pelo ânimo dos trabalhadores diante da miséria por que passam, acabaria em greve do mesmo modo.

Acontece que um pequeno grupo de Sindicatos vinha debatendo desde o ano passado a necessidade de mobilizações desse tipo, com acordo específico por produtos. E desde fevereiro esse grupo passou a se reunir com frequência, visando encontrar um caminho para conseguir esses acordos.

Combinaram e realizaram assembléias, nas quais os trabalhadores apontaram as expectativas e as reivindicações. Em maio as pautas de reivindicações estavam prontas e os Sindicatos já estavam em vias de negociações com os empregadores rurais quando a greve estourou em Guariba, espalhando-se rapidamente por todo o Estado e atingindo os Estados vizinhos.

Apesar da greve ter saído antes da hora prevista, esses Sindicatos tiveram êxito, na medida em que, atuando em conjunto, os acordos foram feitos em cima das pautas de reivindicações por eles elaboradas. E é assim que teremos de agir daqui por diante: em conjunto. Sozinho, ninguém mais faz nada.

Os trabalhadores rurais mostraram que lutam por aquilo que eles querem. Não têm medo. Sabem para que se faz greve. Para eles, a greve é coisa natural.

A greve traz lições para todo mundo.

No que toca à grande imprensa, parece que, finalmente, descobriu que São Paulo não é só a capital. E que o Estado rico não quer dizer a população que também seja rica. Denunciamos praticamente no vazio durante todo o ano passado a violência e a gravidade das 7 ruas. Foi por causa das 7 ruas que teve início a greve de Guariba.

O movimento dos canavieiros e apanhadores de laranja contou também com o apoio de um mutirão de vários segmentos da sociedade. Foi uma solidariedade importante, que esperamos, seja sempre solidariedade — respeitando-se o papel de coordenação do movimento sindical.

A luta agora é para levar os acordos à prática, para ajustar nossa ação sindical ao momento que aí está organizando delegacias sindicais, realizando mais reuniões nos bairros, etc. O trabalho será mais bem sucedido, como se viu, se for feito em conjunto, através dos Grupos Regionais.

A DIRETORIA DA FETAESP"

(Realidade Rural — março-junho 1984)

— ● —

"A difícil vida de quem corta cana"

ANTENOR BRAIDO

"A explosão era inevitável. A vida do bóia-fria é bem pior do que eu pensava. Se as histórias que eles contavam para os repórteres, durante os três dias de greve, em Guariba, eram tristes, a realidade é muito pior. Sexta-feira, quando eles voltavam ao trabalho, depois do acordo feito com os usineiros, levantamos (o fotógrafo Ademir Barbosa e eu) de madrugada e acompanhamos um grupo de 45 bóias-frias até o canavial.

Quando o gerente do hotel me acordou eram cinco horas. Estava muito escuro e havia neblina. Fiquei muito irritado, mas levantei. No ponto de embarque dos bóias-frias, num dos bairros de Guariba, encontrei João Lopes Fernandes, um garoto, menino ainda de 16 anos. No início da conversa ele me contou que acorda todos os dias às quatro horas. Mas os preparativos para um dia de trabalho no canavial começam bem antes, ainda na noite do dia anterior.

Ele veio de Minas. Mora com vários amigos, numa casa alugada. Todas as noites é obrigado a preparar a comida para o dia seguinte. Ele mesmo cozinha e prepara a refeição: arroz, feijão (nem sempre possível por causa do preço), macarrão e ovo carne, só muito raramente. Deixa preparado o "galo" — sacola com o facão, a lima e a refeição. Antes de partir enche o galão de água. Ainda é escuro e ele está no ponto de embarque. Chegam os colegas, depois o caminhão e começa a viagem.

Sexta-feira João Fernandes foi cortar cana na seção Bueno de Andade, da Usina São Carlos, próximo ao centro de Motuca, um amontoado de casas pobres, encravado entre canaviais, 80 km distante de Guariba. Foram quase duas horas de viagem. Inicialmente pelo asfalto. Depois, a maior parte do tempo, por uma entrada encascalhada. Finalmente o caminhão parou no meio do canavial. De um lado, montes de cana cortada. De outro, cana queimada (as folhas) e pronta para ser cortada. Os bóias-frias descem em silêncio. Sentam-se em grupos, abrem as marmitas (nem são sete horas) e começam a fazer uma rápida refeição. É o café da manhã. Só que não tem café. É comida feita no dia anterior e fria, muito fria mesmo. Comem um pouco do que levam para o almoço — arroz, feijão, qualquer outra mistura, depois guardam a marmita novamente. Tem início o ritual da afiação dos facões. Depois, começam o corte.

Clóvis Pereira Dias, feitor proprietário de um caminhão que todos os dias leva os bóias-frias até o canavial e fiscaliza o serviço, distribui as cinco ruas de cana para cada um. (Ainda é possível ver no canavial o sistema de corte de sete ruas, que vigorava até antes do acordo assinado quinta-feira com os usineiros. Nesse os bóias-frias tinham que carregar a cana por mais de três metros).

Antes de começar o trabalho, Clemência Dias Pereira, comenta o acordo: "Caiu do céu. Se a gente não conseguisse nada,

ia morrer todo mudo de fome". A cana molhada e retorcida parece um cipoal. As ruas, tortas, mal aparecem. Começa o trabalho. O facão é leve, mas precisa de muito esforço e habilidade para manejá-lo. Um pequeno descuido pode fazer com que o facão passe pela cana e afunde numa das pernas (15 a 20 acidentes como esse acontecem por mês em uma usina, segundo Benedito Magalhães, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba).

Os bóias-frias parecem guerrilheiros. Estão cobertos de roupa. Só aparece o rosto e o facão. Depois de uma hora de trabalho percebi que os mais jovens já andavam meio curvados. Dores nas costas, entre os bóias-frias, são constantes. No meio desse grupo estava o jovem José Miguel da Silva, de 23 anos, que trabalhou até fevereiro na Volkswagen, em São Bernardo do Campo. Foi despedido, não conseguiu mais arrumar emprego e a solução foi virar bóia-fria. Miguel fez várias greves de metalúrgicos, trabalhou na Volks por duas vezes, a primeira de 80 a 81 e a segunda de 82 a 84. Como bóia-fria é a primeira greve que ele faz. Disse que valeu a pena porque "o pessoal conseguiu o que queria".

Cheque para o supermercado

Às 10 horas, todos param para o almoço. João Lopes Fernandes come o resto da comida que trouxe. Uma hora depois recomeça o trabalho estafante de novo. Antes de nova pegada, João continua contando seus problemas. Segundo ele, as usinas pagam com cheque o corte da cana. Com esse cheque os bóias-frias vão direto aos supermercados de Guariba. Existem 12 na cidade. Ali, eles pagam as compras feitas no mês anterior e deixam a que fazem no ato para o próximo mês, ficando, portanto, com dívida pendente. Se o cheque for superior à conta, o proprietário do supermercado volta troco. "Acontece explica João — que eles são espertos". Sabem quanto a gente ganha e vão aumentando os preços das mercadorias muitas vezes para chegar até o valor do cheque. Assim, pouca coisa sobre no final do mês".

Às 14 horas, uma segunda parada para o café (que na verdade é o resto do almoço) e depois trabalham direto até as 17 horas. Durante todo o dia de serviço, a produção depende

única e exclusivamente do esforço de cada um. Ganha mais quem trabalha muito mais.

No final da tarde começa a penosa volta para casa, mais 80 km. Depois de um mês assim, os bóias-frias recebiam, antes da entrada em vigor do acordo, em média de Cr\$ 100 a 150 mil. Nos últimos meses o pouco de dinheiro que sobrava era gasto para pagar as contas da Sabesp, com taxas altíssimas. Não sobra nada para roupa ou lazer.

Todo mundo fatura

Não é de admirar que Guariba, uma cidade de 25 mil habitantes, tenha 12 supermercados, sem contar as mercadorias e vendas nos bairros, que também funcionam como ponto de abastecimento dos bóias-frias. "Todo mundo ganha em cima dos bóias-frias", afirma o presidente Benedito Magalhães.

As primeiras a levar vantagem são as usinas. Durante as negociações, os usineiros, que sempre se mostram duros e nunca sentaram para conversar com os bóias-frias, reconheciam que a situação não podia mais continuar assim.

(Folha de São Paulo, 20-5-84, pág. 24)



"Jovem, analfabeto e inexperiente.
É o bóia-fria"

WILSON MARINI

"Os cortadores de cana-de-açúcar que se revoltaram esta semana na região de Ribeirão Preto são da segunda geração de bóias-frias. Ao contrário de seus pais, que saíram do campo para a cidade e ainda guardam grande apego à terra, esses trabalhadores são marcados pelo paradoxo de sempre terem morado na zona urbana, mas ter o emprego na lavoura. Os piqueteiros, atiradores de pedras e aqueles que agiram com maior violência em Guariba tinham de 14 a 25 anos, a maioria deles adolescentes.

A onda de depredação, a rigor, começou na noite do dia 23 de abril, em Mococa, próximo à divisa com o Sul de Minas,

e afastado do foco que eclodiu nos últimos dias. Entre 200 e 300 pessoas munidas de cacos de manilhas danificaram o prédio da Sabesp e atearam fogo num veículo. Eram todos jovens, a maioria menores, filhos da primeira geração de bóias-frias, que abandonou a zona rural a partir dos anos 70, com a intensificação das técnicas agrícolas modernas.

O custo da mecanização da colheita ainda é bastante elevado, o que leva ao recrutamento de um grande contingente de bóias-frias, calculado em 400 mil ou mais em todo o Interior, no pico das colheitas de cana, laranja, café, algodão, tomate rasteiro e semente de capim. A partir deste mês e até outubro, as estradas do Interior ganham o inusitado trânsito de caminhões velhos, carregando na carroceria grupos de 30 a 50 bóias-frias. Eles são vistos com a roupa limpa entre 5 e 6 da manhã, quando são apanhados pelo gato ou turmeiro, e novamente no final da tarde, a partir de 17 horas, agora com a expressão cansada e o corpo escurecido pela fumaça do carvão liberado pela queima da cana, um processo adotado para facilitar a poda com o facão.

Um bom cortador consegue empilhar, ao final da jornada, cerca de seis mil quilo de cana.

DEGENERADO

O bóia-fria de segunda geração é um organismo geneticamente degenerado em relação ao trabalhador rural tradicional, segundo mostram os estudos do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP. Ali, o nutrologista José Eduardo Dutra de Oliveira concluiu que o bóia-fria perdeu um quarto de sua capacidade física, comparando com o tipo rurícola, que mora na fazenda. Ele é mais fraco que o homem da cidade. Isso porque, segundo o professor, a desnutrição é a doença mais comum entre os bóias-frias, que ingerem em quantidade de alimentos apenas a metade necessária. "O que falta mesmo é a comida, que se for reforçada, melhora a sua capacidade física, ele se sente melhor, fica menos doente e tem mais força para o trabalho", afirma.

Metade dos bóias-frias sai de casa antes do alvorecer sem ter tomado absolutamente nada. Segundo o relatório do professor Dutra de Oliveira, 30% tomam uma xícara de café puro e, os demais, café com pedaço de pão. A maioria almoça, às 9

horas, uma marmita fria preparada na noite anterior ou pouco antes de sair para o trabalho, composta de arroz, batata, ovos e às vezes feijão. Ao meio-dia, fazem nova parada para o café, em 95% dos casos a sobra do almoço ou café com pão.

O bóia-fria tem elevada carência de vitaminas, proteínas e minerais, segundo os mesmos estudos. A deficiência em energia é suprida, segundo Dutra de Oliveira, pela ingestão média de 50 ml de pinga por dia e uma cerveja por semana, bebidas que acrescentam as calorias que não encontram nos alimentos. Muitos tornam-se alcoólatras e são também grandes consumidores de cigarro e refrigerantes, mais do que o leite. O "safrista", que migra do Norte de Minas Gerais e Sul da Bahia nos períodos de pico das colheitas, geralmente vem em melhor estado nutricional.

O agrônomo Carlos Lorena, de Campinas, também conhecedor do assunto, afirma que no início do século um homem carregava 120 litros de café em coco, mas foi tornando-se gradativamente mais fraco. Nos últimos 15 anos, os sacos de colheita foram diminuídos de 80 para 60 litros.

"PRIVILEGIADO"

O bóia-fria da região de Ribeirão Preto ainda é considerado "um privilegiado" em termos de salário, em relação aos demais, segundo Lorena. Essa vantagem, porém, ele está perdendo devido à expansão da cana e da laranja, que são as suas principais fontes de trabalho ao longo do ano.

O perfil desse trabalhador rural indica que a maioria possui rádio, televisor e aparelho de som simples e é facilmente influenciado pela propaganda. A maioria fuma cigarro barato, mas gosta de exibir sinais de consumismo. Há os que se orgulham de possuir cheque especial e fazem questão de usá-lo até mesmo em pequenos gastos, segundo o dono de um restaurante na via Anhanguera.

Na época das colheitas, o seu rendimento supera o dobro do salário mínimo, mas isso é temporário, segundo mostra o levantamento do mercado de mão-de-obra do Instituto de Economia Agrícola. "Além disso, fixando residência na cidade, es-

tão sujeitos ao mesmo custo de vida dos trabalhadores urbanos, o que tende a deprimir ainda mais seu poder aquisitivo", ressalta o IEA.

Com a recessão econômica, os bóias-frias enfrentam agora a concorrência de uma parcela da força de trabalho que jamais participou dessa atividade. Lorena afirma que conhece uma fazenda de café onde três professores participaram da colheita, abandonando as aulas temporariamente. Metalúrgicos desempregados, operários de construção civil e empregadas domésticas são as principais categorias que se lançam ao campo no auge das safras, disputando o emprego. Nessa época, é comum as donas-de-casa encontrarem dificuldades em conseguir empregadas, que preferem a lavoura, onde ganham mais.

INSEGURANÇA

A falta de um emprego fixo é a maior frustração do bóia-fria, segundo revela uma pesquisa que a socióloga Maria de Lurdes Scarfon realizou em Piracicaba, registrada no livro "Crescimento e Miséria". Entre os mais velhos, o desejo seria de trabalhar como zelador de edifícios, faxineiros ou guarda noturno, atividades "mais leves e de maior garantia". Entre os que não têm problemas de saúde, a maioria gostaria de ser carpinteiro, motorista de caminhão, pedreiro, encanador e eletricitista, ressaltando que seria melhor receber por mês e com os direitos trabalhistas respeitados.

Já os mais jovens, segundo o resultado das entrevistas, preferiam ser balconista, auxiliar de escritório ou industriário, "pois tem mais trabalho fixo e pagam mais". Muitas mulheres declararam que gostariam de "dar mais fartura para as crianças" e que os filhos fossem médicos, engenheiros ou advogados e as filhas, professoras ou secretárias. Mas como "não dá pra estudar tanto", eles se contentariam se fossem mecânicos ou bancários.

A sazonalidade é o maior problema do bóia-fria, na opinião também da Socióloga Vera Lúcia da Silva Rodrigues, da Universidade Metodista de Piracicaba, ao contrário do regime anterior, com residência fixada na zona rural, quando recebia parte do salário em comida, moradia e lenha.

Em Pradópolis, onde está a usina São Martinho, a cidade tem o menor índice de mortalidade infantil do País, em torno de cinco por mil nascidos vivos, abaixo até mesmo do padrão dos EUA e da Suécia, graças a um programa-piloto da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Algumas usinas da região mantêm projetos de suplementação de alimentação e melhoria do transporte, humanizado o trabalho do bóia-fria.

O grupo Ometto criou uma organização interna para a contratação de mão-de-obra, substituindo a figura do gato, que recebe cerca de 20% do salário destinado ao cortador e não obedece aos direitos trabalhistas. Segundo um empresário do setor, a solução dos conflitos está em acabar com o intermediário, à medida que as empresas contratarem diretamente os bóias-frias, como fazem algumas delas. Existem também programas experimentais da "bóia-quente", até mesmo com uma proposta comercial de adoção de marmitas térmicas pelas usinas.

(Estado de São Paulo, 20-5-84, pág. 18)



"Surpresa é não ter acontecido antes"

MURILO DE CARVALHO

A violência dos trabalhadores rurais de Guariba, no centro da região canavieira de São Paulo, não deve surpreender ninguém. As razões são tão claras, tão conhecidas, que essa explosão só é surpreendente por não ter acontecido antes. E o que é mais grave, foi uma manifestação espontânea, sem direção de nenhum sindicato, com a violência crescendo na medida em que a polícia, entrincheirada, atirava a esmo.

Há muitos anos que a situação absurda dos trabalhadores volantes em canaviais, plantações de laranja, cafezais e campos de algodão, vem expondo uma das feridas mais brutais do modelo exportador de nossa agricultura. Arrancados de suas terras, espalhados pelas periferias das pequenas cidades, sem garantia trabalhistas de espécie nenhuma, os milhares de bóias-frias perderam até mesmo sua identidade cultural, pois não fazem parte de nenhuma comunidade estável, já que foram impelidos a viver numa marginalidade mal suportada pelos próprios moradores

das cidades para onde se deslocaram. Um agravante: boa parte desses bóias-frias são mulheres, velhos e crianças de 11, 12 anos. Um contingente miserável, que a cada madrugada sobe em caminhões inseguros para cumprir uma jornada de trabalho de 10 horas, ganhando pouco mais de Cr\$ 3 mil por dia, na época gorda da safra. O resto do tempo, seis meses, não têm trabalho ou vivem de biscates.

Intransigência

Foram esses homens, essas mulheres, essas crianças que se revoltaram em Guariba. As causas imediatas, que primeiro provocaram uma paralisação nas lavouras e mais tarde o quebra-quebra na cidade, poderiam ter sido resolvidas com facilidade há pelo menos dois anos, não fosse a intransigência de usineiros e a falta de visão social do próprio governo do Estado. Os trabalhadores, já no dissídio coletivo do ano passado, haviam pedido que não adotasse o sistema de corte de cana em sete ruas, mas em cinco, como há anos vinha sendo feito. Segundo eles, o sistema de sete ruas faz com que produzam menos e como recebem por tonelada de cana cortada, seus ganhos seriam menores. Além disso, queria que no início da safra fosse estabelecido, através de discussões, um preço determinado para seu trabalho, para que não fossem lesados, já que o governo é que estabelece quanto vai valer cada tonelada de cana. Pediam coisas singelas, que, se não resolver as questões principais, pelo menos dariam um pouco mais de condições para que se mantivessem vivos e alimentados. Não foram atendidos. Juntou-se a isso o desgosto com os aumentos sucessivos nos preços das taxas de água cobradas pela Sabesp — a água encanada é o único serviço público que chega aos seus barracos — que não podiam pagar e por isso tiveram o fornecimento interrompido.

Mas, de qualquer maneira, se essas foram as causas imediatas da revolta de Guariba, a situação de abandono em que vivem desde que a agricultura brasileira começou a se “modernizar” é, sem dúvida, a razão de fundo. E Guariba deve ser um alerta, já que existem pelo menos 3 milhões de bóias-frias no Centro-Sul do País, vivendo a mesma miséria, o mesmo des-caso, o mesmo sofrimento. E sem soluções rápidas, democráticas e eficientes, é de se esperar que outras explosões sangrentas como

essa comecem a pipocar por todo o interior. E aí talvez seja tarde demais para qualquer remédio caseiro.

(Folha de São Paulo, 17-5-84 pág. 20)



“A resposta de uma legislação de excluídos”

GALENO DE FREITAS

Da nossa equipe de reportagem

“Sempre que ocorre um fato como o de Guariba, que emerge uma resposta a uma apressão secular através de atos de violência, o primeiro movimento dos donos do poder, não importa o nível, é encontrar um responsável pelas “ações coletivas irracionais, com nomes cambiantes, a responsabilidade recai sempre em elementos “infiltrados”.

O erro, voluntário, de percepção tem suas razões. Afinal, este País formado à sombra da sesmaria e crismado pelo latifúndio, em nível das classes dominantes, acostumou-se a auto-explicar a partir de preconceitos que inculcam sempre os de baixo. O nobre, o senhor ou o dono do latifúndio nunca tem culpa pelas disfunções dos sistemas econômicos, e nem mesmo as crises mundiais servem de justificação para situações explosivas.

A legislação brasileira, principalmente aquela que regula as relações entre capital e trabalho, ignorou os necessários vínculos, por força do próprio capitalismo, que se estabelecem entre trabalhador rural e o dono da propriedade fundiária.

Nos idos da década de 1950 nasceu em Pernambuco uma entidade denominada Ligas Camponesas. Seu líder era o então advogado e deputado estadual Francisco Julião. Curiosamente a liga nasceu numa usina de açúcar, o Engenho Cananéia, e daí se espalhou pelo Nordeste, assustando os donos de latifúndios pela ousadia de camponeses reivindicarem direitos mínimos de cidadania com por exemplo um salário que não fosse aviltante.

O movimento de março de 64, neste contexto histórico, teve de apresentar sua proposta para a questão agrária. Um pou-

co antes, em 1963, o Congresso Nacional, a muito custo, aprovava o Estatuto do Trabalhador Rural. Ainda que insuficiente, este documento computava o trabalhador rural como parte da cidadania brasileira e lhe atribuía (ou reconhecia) alguns direitos. A proposta do movimento de 1964, em termos de diploma legal, emergiu sobre a forma do Estatuto da Terra (1967), que buscava intensificar as relações capitalistas no campo — reforçando algumas linhas gerais do Estatuto do Trabalhador Rural — e objetivava criar uma classe média rural — pequenos e médios proprietários — que seria a base política do regime no futuro.

Apesar de suas insuficiências, o Estatuto do Trabalhador Rural é um documento avançado em relação à mentalidade (ideologia) dominante no Brasil dos anos 60 e 70. E talvez até hoje, já que os setores mais reacionários das classes dominantes o culpam pela baixa produtividade agrícola (que besteira!) e pelo êxodo rural que transformou o Brasil num país predominante urbano.

A número de trabalhadores volantes em São Paulo e Paraná supera o de trabalhadores fixos (“de carteira assinada”) nas fazendas. É a ausência da “carteira assinada” que provoca, em parte, esta agitação que teve seu exemplo maior na região de Ribeirão Preto. Além disso, a informação alcança hoje uma difusão maior do que a desejada pelo regime. Veja só que ironia: se para o governo interessa informar que a pauta da exportação será incrementada com a exportação de laranja em função das geadas na Flórida (EUA), esta informação, amplamente divulgada pela tevê e jornais, será necessariamente o estopim de reivindicações de trabalhadores conscientes de que se o preço da laranja que colhem sobe, os preços do trabalho também deve subir. Caso contrário, eles dispõem de uma arma terrível: cruzar o braço”.

(Folha de São Paulo, 18-5-84 pág. 21)

— ● —

“Bóias-frias: explosão previsível”

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

“Os acontecimentos destes dias envolvendo trabalhadores rurais conhecidos como bóias-frias, em Guariba e Bebedouro

(SP) e, pouco tempo antes, em Andradina (SP) e Ivinhema (MT), surpreendem, como alguém já disse, unicamente pelo fato de não terem ocorrido antes. Mas, surpreendem, também, pelo fato de surpreenderem. A opinião pública brasileira, mesmo os chamados setores "esclarecidos", tem demonstrado uma incrível indiferença em relação à situação e às lutas dos trabalhadores rurais. Esses trabalhadores estão vivendo sob clamorosa injustiça, de desumana e vergonhosa exploração.

Embora, em 1963, tenha sido promulgado um Estatuto do Trabalhador Rural que estendeu aos trabalhadores do campo, com quase um quarto de século de atraso, direitos similares aos dos trabalhadores das fábricas, tais trabalhadores lutam até hoje para que esses direitos sejam respeitados pelas autoridades e pelos patrões. Se o golpe de 64 criou uma situação de impunidade para ricos e poderosos deste País, tal impunidade tem sido maior no campo. Os trabalhadores rurais permanecem numa situação subumana, de pessoas de segunda categoria, privadas de direitos legítimos pelos quais lutaram, derramaram e continuam derramando muito sangue.

Ao lado da injustiça é preciso considerar a situação econômica. Se está difícil para a classe média, é fácil entender porque em Guariba os trabalhadores não só fizeram greve, mas saquearam um supermercado e destruíram instalações e veículos da companhia de água e esgotos. Um reajuste salarial, o pagamento da tonelada de cana, ou da caixa de laranja, tem que ser penosamente negociado através do sindicato e da Justiça do Trabalho. Já o aumento do custo de vida, dos alimentos, da água, não precisa ser negociado. Ninguém chama trabalhador para discutir com ele se aceita ou não a taxa de elevação dos preços das coisas de que ele necessita para sobreviver. Segundo dados publicados pelos jornais, trabalhadores pobres da região precisam cortar mais de uma tonelada de cana para pagar a conta de água. Outros dizem que a água equivale a 12 toneladas. De qualquer modo, a água ali é um verdadeiro fardo. Um quilo de feijão equivale a umas duas toneladas de cana e o arroz a mais ou menos meia tonelada. Desde 2 de maio de 1983 que os trabalhadores da região de Jaboticabal vêm alertando para a extorsão representada pelo aumento do número de ruas de corte de cana de 5 para 7. Isso equivale em aumentar o trabalho do operário sem aumento no ganho salarial, e poupar máquinas e combustíveis para o patrão, que em cada quatro montes de cana passa a economizar o trabalho de um na remoção para a usi-

na. Os trabalhadores já fizeram greve há um ano e nada conseguiram.

Um funcionário de usina assinalou que um bóia-fria pode ganhar Cr\$ 216.000,00 por mês, cortando 6 toneladas de cana por dia. Só que ele não disse que é preciso trabalhar 30 dias, sem descanso, em jornadas de pelo menos 10 horas, mais 2 a 3 horas de viagem em pau-de-arara para ir e voltar ao trabalho, sujeito aos muitos acidentes fatais que têm ocorrido. Para ganhar Cr\$ 12.000,00 por tonelada de cana cortada. Frequentemente, mulheres e crianças, que em grande número são recrutadas como bóias-frias não conseguem "formar o salário" de um homem. Outra vez os pais são obrigados a levar os filhos menores (10, 11 anos) para que os ajudem a cortar a cana e completar a jornada de "um homem adulto". Estamos, pois, diante da incrível situação em que uma jornada de trabalho equivale a um trabalhador mais um pedaço de outro, ou um trabalhador e uma criança trabalhadora.

Sua situação se agrava porque ganhando salários que a rigor são insuficientes para a sobrevivência, não dispõem de emprego no mesmo lugar por todo o ano. Isso os obriga a uma penosa perambulação para regiões distantes. Trabalhadores da região de cana, fora da época de safra, podem ser encontrados no Paraná ou em Minas Gerais, colhendo café ou fazendo outro tipo de trabalho. Retorno para casa, quando há, só cada 15 dias para lavar roupa e trazer dinheiro para a família.

Por serem considerados trabalhadores temporários, as fazendas não assumem responsabilidades trabalhistas. São raras as empresas que o fazem. Embora definidos como temporários, são na verdade, trabalhadores permanentes permanentemente temporários. Com isso, os patrões se sentem desobrigados de respeitar as leis e reconhecer direitos. Esse regime de trabalho aparentemente temporário impõe a necessidade do "gato", do empreiteiro, que leva os trabalhadores para as plantações e recebem um tanto por cabeça, descontado daquilo que o trabalhador deveria receber.

As condições de organização, luta e reivindicação dos bóias-frias são prejudicadas pelo aumento da proletarização do trabalhador rural. Entre 1970 e 1980, cerca de um milhão e meio de pequenos agricultores perderam essa condição em todo o País,

ao mesmo tempo que mais de um milhão e seicentos mil novos assalariados engrossaram a força de trabalho rural.

A situação de miséria que se instalou no campo pode ser aferida pelas indicações do censo de 1980, para o Brasil: 17% da população economicamente ativa dedicada a atividades rurais não tinham rendimentos; 49% recebiam menos do que o salário mínimo, e 34% mais de um salário mínimo embora não muito mais. Em São Paulo, a situação não era muito diferente. Apenas 55% recebiam mais que o salário mínimo.

Tudo isso não é novidade. São fatos mais do que conhecidos e discutidos nos meios sindicais e acadêmicos. O aspecto novo e sinistro do despejo dos bóias-frias que ocuparam terras da Someco, em Mato Grosso do Sul, ou dos bóias-frias de Guariba, é que a repressão policial violenta de que foram vítimas, cerceando direitos, é a mesma que sempre caracterizou a ditadura militar na sua relação com os trabalhadores rurais. Só que agora sob responsabilidade de governos de oposição, que foram eleitos também por esses mesmos bóias-frias. O regime militar açambarcou as decisões sobre as questões fundiárias e sobre as questões trabalhistas. Deixou para os governos estaduais que, sabia, as oposições iriam conquistar um dia, apenas a obrigação de reprimir os trabalhadores rurais e assumir o ônus social da sua política econômica anti-social. Mas, que isso não leve a supor que a culpa é da vítima. E a vítima é o trabalhador rural".

JOSÉ DE SOUZA MARTINS é professor de Sociologia do Campesinato no Departamento de Ciências Sociais da USP. Foi professor visitante nas universidades de Cambridge (Inglaterra) e da Flórida (EUA) e autor entre outros livros de "O Cativo da Terra", "Os Camponeses e a Política no Brasil".

(Folha de São Paulo, 17-5-84 pág. 3)

— ● —

"Os bóias-frias, seus direitos e a democracia"

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

"Tratam o povo como se fosse um cão: perdem-no durante vinte anos, soltando-o de vez em quando para caçar o que eles

apontam, esperando que ele saia saltando, contente e abanando o rabo, voltando depois tranquilamente para a corrente. E sempre se espantam quando o cão tem um ataque de hidrofobia. (Millôr Fernandes, Isto É, 9-5-1984).

Na semana que passou, manifestações de trabalhadores na cidade e no campo assustaram muitos espíritos. Muitos assustadiços temeram a catástrofe. No entanto, os conflitos ocorreram, houve enfrentamentos violentos, as negociações prevaleceram e acordos de importância substancial foram realizados.

Que mirabolantes exigências os rebelados apresentavam aos patrões no limiar do século 21 num dos "países" (o Estado de São Paulo tomado isoladamente) mais desenvolvidos do continente? Além da volta ao regime de cinco fileiras de cana (em vez de sete como os patrões tinham imposto) e do aumento por tonelada de Cr\$ 1.200,00 para Cr\$ 2.100,00, os trabalhadores pediam entre outras reivindicações: recibo mensal do pagamento, descanso semanal remunerado, fornecimento de equipamento (facaço, luvas etc), afastamento remunerado em caso de doença. Para se ter medida do atraso: desde 1979 os trabalhadores de cana da zona da Mata de Pernambuco têm carteira assinada e 13º salário.

Essas exigências já estavam no horizonte do trabalhador urbano desde os anos 1900. Mas, menos do que sintoma do "atraso" dos trabalhadores, são sinais da alta taxa de exploração que há muito tempo os empresários tinham assegurada. A ordem que o autoritarismo fez reinar na agricultura para a modernização do capital permitiu que essas garantias não fossem asseguradas aos trabalhadores. Os salários mínimos médios desse contingente de trabalhadores naquela região, que envolve 150.000 volantes (sendo 110.000 somente na cana de açúcar e 40.000 na laranja), antes da greve oscilava na cana de açúcar entre Cr\$ 80.000,00 e Cr\$ 150.000,00 e agora atingirá 240 mil cruzeiros, o que está longe de ser nababesco.

Levando-se em conta ainda que a atividade agrícola exerce sobre a família trabalhadora uma ação predatória obrigando toda a família a trabalhar, criança de 11 anos cortando toneladas de cana. No caso dos colhedores de laranja, a situação não é mais rósea. Mais de 10.000 trabalhadores ali localizados não trabalham mais de cinco meses por ano, saem de casa às 4 horas da manhã e voltam às 22 horas. No ano passado, re-

cebiam Cr\$ 60,00 por caixa colhida. Os generosos citricultores propunham passar para 100 cruzeiros a caixa e os trabalhadores exigiam Cr\$ 200,00 (foram concedidos afinal Cr\$ 210,00). Leve-se em conta que a previsão da colheita para 1984 é de 170 milhões de caixa para a industrialização (suco a exportar) e 20 milhões em fruta para o mercado interno e que os citricultores recebem por cada caixa cerca Cr\$ 3.000,00.

Os números envolvidos de trabalhadores nas manifestações foram efetivamente impressionantes e como as greves extravasaram do controle das lideranças, os ritos usuais das manifestações operárias não foram respeitados. Diante de tal nível de exploração, difícil imaginar que de saída uma coreografia da negociação industrial, que os patrões desconhecem, pudessem prevalecer. No que diz respeito á intervenção das forças policiais, apesar de uma morte, algumas dezenas de feridos, casas invadidas e espancamentos dispensáveis, o pior foi efetivamente evitado. Em várias localidades o comedimento de autoridades policiais contribuiu para não acirrar os confrontos, mostrando que na transição para a democracia as forças policiais podem desenvolver mecanismos inovadores de contenção de multidões e de intervenção em conflitos que não sejam os mesmos do período autoritário.

Além das garantias do trabalhador e da questão da violência no conflito sindical, os acontecimento da semana passada iluminaram a questão das responsabilidades do Estado democrático. Os princípios do Estado de direito, como as condições de exploração a que está submetida a maioria dos trabalhadores brasileiros, se movem numa direção que tende a superar a estreita fundamentação liberal. Hoje a obrigação do Estado se interessar pela vida, pela sobrevivência dos cidadãos, ultrapassa a exigência de justiça implícita no Estado de direito: a democracia somente pode ser concretizada por um Estado de direito de inspiração social. A participação afirmativa do governo estadual, apoiando as justas reivindicações dos trabalhadores desde o primeiro momento, e a intervenção ativa do governo e dos órgãos da administração estadual, contribuindo para que os acordos fossem realizados, sublinham aquela direção da cidadania com direitos sociais.

Não há como escapar na transição para a democracia da formulação de um controle político sobre as funções da propriedade privada — sem que esse controle implique qualquer limi-

tação dos direitos civis. Além do direito de livre organização e manifestação dos trabalhadores agrícolas, o Estado democrático está obrigado a prover que interesses particularistas de alguns setores sociais (no caso os empresários) não prevaleçam sobre os interesses gerais da sociedade e da democracia.

No momento em que a população se mobiliza pelas diretas-já, o modo democrático de enfrentar as exigências dos trabalhadores, como ficou claro em São Paulo durante a última semana, é a melhor resposta. As reivindicações pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores estão inscritas na luta pelo direito dos cidadãos escolherem seus governantes”.

PAULO SÉRGIO PINHEIRO é professor de Ciência Política da Unicamp, membro da Comissão Teotônio Vilela Para as Prisões e da Comissão de Direitos Humanos da OAB. É autor de “Escritos Indignados — polícia, prisões e política no Estado autoritário”. além de outros livros, e também assessor especial do governo do Estado de São Paulo.

(Folha de São Paulo, 22-5-84 pág. 8)



“A necessidade de organização jurídica dos bóias-frias”

AMAURI MASCARO NASCIMENTO

“Os recentes acontecimentos no interior de São Paulo, culminando com a revolta de trabalhadores rurais e a prática de violências como protesto contra a situação em que esses trabalhadores se acham, mostram que é necessária uma revisão nos critérios jurídicos e econômicos até hoje adotados como padrões para as relações de trabalho de que são os mesmos participantes.

Há, atualmente, dois grandes tipos de trabalhadores rurais: o empregado rural e o volante.

O empregado foi, por algum tempo, regido pelo Estatuto do Trabalhador rural (Lei nº 4.214, de 1963), revogado pela Lei nº 5889, de 1973, que é hoje a principal norma jurídica vigente.

Esse empregado tem, formalmente, os mesmos direitos do

empregado urbano, com algumas restrições que não são suficientes para que se possa dizer que exista grande diferença de tratamento jurídico entre ambos.

Portanto, não será uma alteração no plano legal que poderá trazer resultados favoráveis à melhoria da sua condição social. A CLT, em grande parte, foi a ele estendida, em alguns itens com limitações, como no caso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ainda dependendo de regulamentação, em outros com ampliações, como no prazo de prescrição das ações que, embora sendo também de dois anos, permite a cobrança judicial de todo pagamento que não tiver sido corretamente efetuado, devido desde o início do contrato, o que não ocorre em relação ao trabalhador urbano, que só pode cobrar as prestações periódicas dos dois anos que antecedem a data na qual ingressam com a reclamação na Justiça do Trabalho. Com isso, em muitos casos, as condenações judiciais no caso de empregado rural têm valores, comparativamente com os urbanos, mais elevados até.

Se essa é a situação legal do empregado rural, o mesmo não ocorre com o volante que é o trabalhador rural eventual, o bóia-fria, que presta serviços pagos por dia e que é levado às propriedades rurais por um intermediário que o alicia na cidade, transportando-o de caminhão até o local onde vai plantar ou colher durante o dia todo em troca de cerca de Cr\$ 3.000 diários.

O trabalhador eventual não tem os direitos assegurados pela CLT, ou pela legislação do empregado rural. É um marginalizado social, jurídica e econômico, daí a sua revolta.

Para que esse trabalhador passasse a ser protegido pela lei seria, em princípio, necessária a organização da classe, tarefa que não é fácil pela sua própria condição de despreparo.

Desde que se unam os trabalhadores volantes podem conseguir o amparo da lei trabalhista, difícil enquanto se mantiverem isolados e praticamente dependente do intermediário da contratação eventual.

Uma forma de organização do trabalho eventual rural é através de cooperativas. A lei nº 5.764, de 1971, sobre sociedades cooperativas, não fixa de modo taxativo os tipos de cooperativas por ela reconhecidos. Pelo contrário, ao se referir à política nacional de cooperativismo, entende como tal a atividade decorrente de iniciativas ligadas ao sistema cooperativo origi-

nárias do setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecendo o interesse público por essa forma de organização.

Portanto, o legislador estabeleceu um amplo campo para iniciativas cooperativistas, não impedindo que também os bóias-frias se reúnam juridicamente como cooperados para defesa dos seus interesses. Não obstante, as notícias dão conta de que são raríssimas as cooperativas de trabalhadores rurais.

Outra forma de união é através de sindicatos rurais da categoria profissional, uma vez que até mesmo os trabalhadores autônomos tem o direito de sindicalização.

Assim, formas não faltam para que os volantes de fazendas, pela organização dos interessados, consigam melhores condições para reivindicar os seus direitos perante os proprietários rurais. Se esse caminho for seguido com maior empenho talvez seja possível evitar que outro venha a ser seguido, o da violência; fruto do inconformismo e o do desespero. A proibição da contratação do eventual, salvo através de organizações, seria o passo seguinte, na linha de medidas protecionistas”.

AMAURI MASCARO NASCIMENTO é professor titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e presidente da Academia Nacional do Direito do Trabalho.

(Folha de São Paulo, 20-5-84 pág. 36)

— ● —

“Bóia-fria, sangue quente”

MARIA CONCEIÇÃO D'INCAO

“Tornou-se lugar comum associar violência à miséria. No sentido de que exprime o óbvio e esclarece pouco.

A recente mobilização dos bóias-frias na região de Ribeirão Preto permite, entretanto, refletir um pouco sobre o que está por trás desta aparente obviedade.

Em primeiro lugar, lembrando algo que também é óbvio e que nem sempre é percebido como tal. Isto é, que essa miséria geradora de violência não é uma entidade abstrata ou um

fenômeno natural. Ela é um fato social e, conseqüentemente, tem sua historicidade e seus autores. Seus beneficiários e suas vítimas. Significa dizer que ela resulta de todo um complexo de relações de produção e de poder que polarizam, de um lado, exploradores ou ganhadores e, de outro, explorados ou perdedores.

No caso específico dos bóias-frias, esse complexo de relações responsável pela situação de miséria vivenciada pelos mesmos é bastante transparente. Isto porque os bóias-frias, enquanto categoria de trabalhadores, existem como resultado de dois processos de perda. São os graduados perdedores da luta pela terra e os grandes perdedores da luta pelos empregos urbanos. Expulsos da terra por grileiros, grandes proprietários ou grupos econômicos, através de seus prepostos — jagunços ou o próprio Estado travestido em instituições encarregadas de questões fundiárias — esses trabalhadores se defrontam, na cidade, com um mercado de trabalho onde a oferta é maior do que a demanda. Tendo sido socializados nas lides com a produção agrícola e drasticamente erradicados da terra, encontram-se desqualificados para as regras do trabalho urbano e acabam excluídos, também, dos empregos disponíveis na cidade. Nestas circunstâncias, passam a engrossar um imenso contingente de ofertantes de força de trabalho, que vai possibilitando à agricultura empresarial desenvolver-se contando com o trabalhador assalariado temporário — o bóia-fria — como alternativa mais barata do que a máquina, para os períodos de safra ou de pico de demanda de mão-de-obra.

Assim esboçado, o processo de emergência e de persistência do trabalho temporário na agricultura brasileira pode ser visto como produto de tão debatida política econômica concentradora da renda e excludente de força de trabalho, que se consolidou no país a partir de 64. Uma política econômica que, ao mesmo tempo, acentua cada vez mais a concentração da propriedade fundiária e incorpora ou privilegia uma indústria altamente tecnificada e poupadora de força de trabalho. O que significa dizer de um outro ângulo, uma política econômica geradora de desemprego, de miséria e de violência. O bóia-fria, uma de suas grandes vítimas.

Reduzidos à condição de ter que aceitar qualquer trabalho para sobreviver, os bóias-frias passam a se constituir, a nível do país como um todo, numa massa errante que nos períodos de safra presta serviço à agricultura à procura de emprego ou dedica-se a "bistaces". Não têm sequer identidade enquanto categoria de trabalhadores. São vendedores de força de trabalho à procura de qualquer serviço. Nesse contexto mais geral, têm

baixíssima capacidade de barganha na venda de sua força de trabalho e quase nenhuma capacidade de organização. Consequentemente, são submetidos a toda ordem de exploração. Ganham pelo que produzem e, quando têm trabalho, atingem o limite de suas forças, recebem salários baixíssimos — há até os que trabalham em troca de comida — e não têm a garantia de quaisquer direitos trabalhistas.

Este, o pano de fundo que permite entender o significado das recentes greves acompanhadas de manifestações violentas por parte dos bóias-frias da região de Ribeirão Preto.

Essa região, que se constitui no maior complexo agro-industrial do país, é também a que emprega maior quantidade relativa de trabalhadores temporários. É, ao mesmo tempo em que nela se elevam os índices de desenvolvimento tecnológico, tornam-se também mais sofisticados e eficientes os mecanismos de exploração desses trabalhadores. Só para citar alguns exemplos: os antigos "gatos" ou empreiteiros tendem a ser substituídos por firmas empreiteiras que, via de regra, são firmas arregimentadoras dos mesmos "gatos" e acabam por se constituir num atravessador ou numa fonte de exploração a mais entre o trabalhador e o usineiro ou fornecedor. Os sistemas de medição da produção de cada trabalhador — referência básica de seu salário — são submetidos a avaliação e orientação técnica e tornam-se cada vez mais distanciados do controle dos trabalhadores. Os movimentos do trabalho e das máquinas são analisados e o processo de trabalho, cada vez mais orientado para o maior lucro dos empregadores.

Avanços na direção da regulamentação das relações do trabalho acontecem muito lentamente. Alguns usineiros fixam parte da mão-de-obra e eliminam a figura do atravessador — o "gato" —, registrando os trabalhadores diretamente na usina e garantindo-lhe os direitos trabalhistas mínimo. Mas, são poucos e sempre dependendo da lógica da maior margem de acumulação. A baixa capacidade de organização dos trabalhadores, decorrente da própria natureza itinerante e intermitente do trabalho, vai permitindo que a empresa agrícola se desenvolva ao lado e às custas de uma classe trabalhadora destituída de quaisquer direitos humanos e cada vez mais reduzida a suor e a músculos.

Contraditoriamente, porém, vão surgindo na região as pré-condições para a organização dessa classe trabalhadora. O fato da região transformar-se em monocultura garante-lhe uma identidade econômica que tem, como contraponto, a emergência

da identidade dos próprios bóias-frias, enquanto categoria de trabalhadores. A possibilidade de, todos os anos, trabalharem na safra vai possibilitando-lhes a auto-identificação como trabalhadores da cana. Vai permitindo-lhes substituir as velhas fantasias do trabalho na indústria ou da volta à terra, por essa dura realidade. Realidade que, uma vez enfrentada, passa a ser avaliada e criticada pelos mesmos. Passa a ser percebida como passível e necessitada de modificação.

Foi dentro dessa dinâmica que os usineiros da região — e de outras — decidiram, o ano passado, mudar o sistema de corte de cana. Contando com uma elevação da oferta de trabalho, decorrente da crise e do desemprego nos grandes centros urbanos, propuseram a substituição do sistema conhecido como “cinco ruas”, que consistia na atribuição de cinco fileiras de cana para cada cortador, pelo de “sete ruas”, um acréscimo de mais duas fileiras à antiga tarefa. Com essa mudança, a capacidade de produção de cada trabalhador e, conseqüentemente, seu ganho, ficariam reduzidos. Isso representava para os usineiros uma economia no combustível consumido pelas carregadeiras e uma cana mais limpa, uma vez que o número de montes de cana a serem carregados seria menor e que, juntamente com cada monte a máquina leva sempre uma quantidade de terra. Para o trabalhador, o novo sistema de corte significava um esforço físico muito maior, dado à maior distância a ser percorrida para amontoar a cana. Além de uma produtividade e, conseqüentemente, de um ganho menor.

A reação dos trabalhadores a essa medida foi imediata. Inúmeras paralisações de turmas ocorreram na região e só o baixo nível de organização dos mesmos impediu a ocorrência de manifestações de maior expressão. Algumas usinas tiveram que ceder à pressão dos trabalhadores, voltando ao sistema de “cinco ruas”. Outras conseguiram se impor e mantiveram a inovação.

A safra decorreu mais tensa do que nos anos anteriores. O tema privilegiado em qualquer conversa ou encontro de trabalhadores — promovidos pelo Movimento Sindical Rural, pela Comissão Pastoral da Terra ou por Secretarias Municipais do Trabalho — era o das cinco ou sete ruas. E é interessante observar que o debate da questão sequer passava pela elevação do preço ou tonelada de cana cortada, na relação direta da diminuição da capacidade de produção dos cortadores, como poderia parecer razoável ao observador desatento para as condições de extrema exploração em que vivem esses trabalhadores. Inter-

venções de assessores que iam nessa direção eram rejeitadas com argumentos do tipo “esse sistema encurta a vida da gente”.

O limite de resistência dos trabalhadores havia sido violado. Nas frentes de trabalho, os rostos estavam mais cansados e o desânimo instaurado. A tensão e a revolta cresciam. Juntamente com os preços dos produtos de consumo — aluguel, alimentação, luz, água, instrumentos de trabalho, etc. — e a redução dos salários. A miséria aumentava, ganhando sua verdadeira face — a exploração — e tornando transparentes seus atores — trabalhadores e empregadores.

Foi nesse clima que ocorreu a tentativa de linchamento que derivou em uma série de manifestações violentas, em Barrinha — uma das muitas cidades-dormitório de bóias-frias da região — e que ocupou as manchetes de jornais, em outubro do ano passado. O incidente, embora deflagrado a partir da suspeita de estupro e assassinato de uma criança, teve a marca dessa revolta que era vivenciada pela população. A delegacia da cidade e vários carros de polícia foram incendiados. Prefeito, delegado e representantes de políticos da região, agredidos ou ameaçados de agressão. A revolta dos trabalhadores dirigia-se, notoriamente, contra as autoridades, isto é, os símbolos da sociedade que os oprimia.

Este ano, a safra iniciou com o debate da questão das sete ruas. Tem-se informação de que parte dos trabalhadores que anualmente são trazidos de outros Estados — Minas Gerais, Bahia, etc. — já colocaram para os empreiteiros a volta ao sistema de cinco ruas como condição para sua vinda. Nos sindicatos e encontros de trabalhadores da própria região a questão também era retomada.

A campanha salarial, que vem sendo realizada, anualmente, pelo Movimento Sindical Rural já há alguns anos, iniciou-se tendo, nesta questão, um forte elemento mobilizador. Incluía a volta ao sistema de cinco ruas como um dos inúmeros itens de sua pauta de reivindicações, com a qual percorria os caminhos institucionalizados, rumo às negociações. Mas, a tensão decorrente da elevação cada vez maior do custo de vida e do rebaixamento salarial andou mais rápido. E a região começou a explodir, com a mobilização de Guariba e, em sequência, Bebedouro, Sertãozinho, Monte Alto... Deixando claro, já nos primeiros momentos, que se expandiria por toda a região ou por todo o Estado.

A força com que o movimento eclode e as manifestações de violência — depredação da Sabesp e saques a supermercados — que apresenta são resultados, de um lado, da extrema miséria de que vêm sendo vítima esses trabalhadores de sua própria organização, que não lhes permite ter ainda claramente definidos os canais institucionalizados de sua participação política ou social.

A prontidão com que os empregados se dispuseram a analisar os termos da pauta de reivindicações da campanha salarial e assinar o acordo são, por sua vez, um indicador a mais da dramática situação de exploração existente na sua relação com os trabalhadores. Basta lembrar que o acordo prevê mais de 300% de aumento salarial, além da volta ao sistema de cinco ruas e outras medidas que visam minimizar essa exploração.

A intenção declarada pelos empregadores de estender o acordo a todo o Estado são, também, indicadores significativos do quadro geral aqui delineado. Intenção, aliás, que não se defronta com uma mera questão formal, conforme tem declarado o Secretário do Trabalho. Mas, com toda uma problemática política, ligada à própria organização dos trabalhadores e que merece análise especial.

Os bóias-frias iniciam uma nova etapa de sua história. Eles sentiram sua força e sentirão, a partir de agora, a importância de estarem organizados. Para a garantia dos próprios termos dos acordos estabelecidos. E para a conquista de outros. Conquistaram o direito de negociar a venda de sua própria força de trabalho. E o processo é irreversível. A partir de agora, o diálogo entre empregados e empregadores será inevitável. Resta apenas, a estes últimos, escolher a linguagem a ser utilizada. Escolher entre a pressão do fogo nos canaviais, ou o discurso consensual dos espaços institucionalizados da estrutura sindical".

MARIA CONCEIÇÃO D'INCAO é professora da Unesp no Campus de Araraquara, onde leciona Sociologia Rural. Há 4 anos faz pesquisas com bóias-frias na região de Ribeirão Preto. Pesquisadora do Cedac.

Em Guariba, a revolta de cinco mil índios fura



prostituiu o nome. Hoje vive com a PIV

destroca a sede da Sabesp, que querou hipermercado

o um acontecimento horroroso com um tiro na cabeça

Cenas do Brasil de agora

A rebelião dos índios fura de Guariba, em São Paulo, no dia 13, ao surpreender os despreparados e frágeis paisões e governantes de um República. A cada estouro das esgarçadas costuras que mantêm a aparência calma social do País, fica ainda mais provado que a Nação perde a confiança na capacidade das instituições de resolver a dramática crise brasileira. Não é preciso ser advogado para perceber que esta também tem um limite. A paciência dos índios